



MATHEUS RESENDE FURTADO

**A RELEVÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA
PERMANÊNCIA DAS CLASSES POPULARES EM UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

**LAVRAS – MG
2020**

MATHEUS RESENDE FURTADO

**A RELEVÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA DAS
CLASSES POPULARES EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Graduação em Administração Pública, área de concentração em TCC, para obtenção do título de Bacharel.

Profa. Dra. Nathalia de Fatima Joaquim

Orientadora

**LAVRAS – MG
2020**

MATHEUS RESENDE FURTADO

**A RELEVÂNCIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA DAS
CLASSES POPULARES EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

**THE RELEVANCE OF STUDENT ASSISTANCE IN THE STAY OF POPULAR
CLASSES IN A BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Graduação em Administração Pública, área de concentração em TCC, para obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 25 de Agosto de 2020

Dra. Nathalia de Fatima Joaquim UFLA

Mestra. Paula Pereira Alvarenga UFLA

Profa. Dra. Nathalia de Fatima Joaquim

Orientadora

**LAVRAS – MG
2020**

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras, em especial aos professores do Curso de Administração Pública por me proporcionar evolução pessoal e intelectual.

À Juliana Aparecida da Cruz por todas as revisões de texto realizadas neste estudo e pelo apoio na organização dos dados.

À Paula Pereira Alvarenga por todo o apoio ao longo do projeto e, principalmente, por aceitar compor a banca de aprovação deste estudo.

À Professora Nathalia de Fátima Joaquim pela orientação excepcional durante todo o projeto de pesquisa executado e principalmente, neste estudo.

À minha família pelo apoio e compreensão em todas as etapas que vivi e passei ao longo da Graduação

MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Este estudo buscou compreender a importância da política de Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes considerados vulneráveis socioeconomicamente em uma Universidade Pública brasileira tendo como foco, analisar a situação dos estudantes que moram no alojamento estudantil. Para fundamentar o estudo, o referencial teórico foi organizado em quatro tópicos principais, o sistema de ensino e o capital cultural, políticas públicas de ação afirmativa, preconceito e discriminação e por fim, a política de Assistência Estudantil e a permanência. Vale ressaltar que, ao longo do referencial, tem-se como centro da discussão os estudos e pesquisas de Bourdieu e Passeron (2008). Para obtenção dos dados, foram aplicados questionários semiestruturados para cem moradores do alojamento estudantil da Universidade sendo os resultados, analisados através da técnica de análise de conteúdo. Por fim, como resultados do estudo, foi identificada a importância que a Assistência Estudantil exerce sob a permanência de seus usuários sendo um fator decisivo e fundamental para que os mesmos tenham condições de concluir o curso superior. Porém, os estudantes apontaram que enfrentam muitas outras dores para permanecer na Universidade, como por exemplo, o valor defasado das bolsas, a situação das moradias estudantis, a alta carga de pressão, preconceito e discriminação sofrida por eles e que acarreta em problemas como ansiedade e depressão. Assim, consideradas essas dores, os alunos destacaram também pontos de melhoria tais como, aumento do valor distribuído com as bolsas, melhorias no alojamento estudantil, oferta de refeições gratuitas para o público alvo da Assistência Estudantil e, oferta de maior apoio pedagógico bem como, abertura de espaços para que esses problemas sejam ouvidos pela comunidade acadêmica.

ABSTRACT

This study sought to understand the importance of the Student Assistance policy for the permanence of students considered socioeconomically vulnerable in a Brazilian Public University, focusing on analyzing the situation of students living in student accommodation. To support the study, the theoretical framework was organized into four main topics, the education system and cultural capital, public policies for affirmative action, prejudice and discrimination and finally, the Student Assistance policy and permanence. It is worth mentioning that, throughout the framework, Bourdieu and Passeron's (2008) studies and research are at the center of the discussion. To obtain the data, semi-structured questionnaires were applied to one hundred residents of the University's student accommodation, the results of which were analyzed using the content analysis technique. Finally, as a result of the study, it was identified the importance that Student Assistance exercises under the permanence of its users, being a decisive and fundamental factor for them to be able to complete the higher education course. However, the students pointed out that they face many other pains to stay at the University, for example, the outdated value of the scholarships, the situation of student housing, the high pressure load, prejudice and discrimination suffered by them and which causes problems such as anxiety and depression. Thus, considering these pains, the students also highlighted points of improvement such as, increased value distributed with the scholarships, improvements in student accommodation, offering free meals for the target audience of Student Assistance, and offering greater pedagogical support as well as, opening of spaces for these problems to be heard by the academic community.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1	Sistema de ensino e Capital cultural:.....	10
2.2	Políticas públicas de ação afirmativa.....	16
2.3	Preconceito e Discriminação.....	21
2.4	Políticas de assistência estudantil e a permanência	24
3	METODOLOGIA.....	29
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
4.1	Permanência Material.....	31
4.2	Permanência Simbólica.....	37
4.3	Preconceito e Discriminação.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
	APÊNDICE A – Questionário aplicado aos moradores do alojamento estudantil.....	51

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa parte da necessidade de se analisar a relação e o impacto que têm a Política de Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica de uma Universidade Pública brasileira. Dessa forma, buscou-se entender qual seria o impacto para esses estudantes se a Assistência Estudantil deixasse de existir.

Esse entendimento se faz necessário quando considerado o atual cenário do país onde, cada vez mais, pessoas pertencentes às classes sociais mais vulneráveis perdem seus direitos e também, aos poucos, as oportunidades de permanência dentro das universidades públicas, considerados os recentes cortes de verbas para a educação no país. Para além disso, o alto índice de desemprego tem também, colocado cada vez mais famílias em situação de pobreza o que dificulta a entrada de novos estudantes pertencentes às classes dominadas da sociedade no ensino superior e, tornando a permanência desses estudantes, sem a Assistência Estudantil, nas universidades quase impossível.

Expressados esses pontos, o estudo tem como problema de pesquisa analisar a importância da política de Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes que vivem no alojamento estudantil de uma universidade pública do Sul de Minas Gerais. Definiu-se como objetivos específicos da pesquisa os seguintes pontos: entender a influência do Capital Cultural para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade; analisar a importância da assistência estudantil para esses estudantes; entender o surgimento e o funcionamento da política de assistência estudantil no âmbito das universidades; entender o fenômeno dos impactos que a violência simbólica têm sobre um estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Universidade.

Assim, o objetivo principal da pesquisa é analisar quais fatores garantem a permanência dos moradores do alojamento estudantil. Portanto, tem-se como questão principal entender qual é o real papel e a importância da Assistência Estudantil na viabilização da permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica dentro da Universidade?

Como justificativa para esta pesquisa é possível observar que ela é extremamente relevante para a Universidade Pública e seus estudantes visto que, pode indicar a importância da existência da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade que, por conta da política de cotas, conseguem acesso às Universidades, conseguiram ingressar no ensino superior, mas que, dependem do apoio da assistência estudantil para conseguir permanecer e concluir a graduação.

Para fundamentar teoricamente este estudo, tomou-se como base o livro “A Reprodução” de Bourdieu e Passeron (1975). Nesta obra, os autores tratam de temáticas como o sistema de ensino e Capital Cultural. Como consequência dessa discussão surge a necessidade de se analisar também a diferença de posições na sociedade entre a classe dominante e a classe dominada. A partir desta leitura, e de outros trabalhos focados na política de Assistência Estudantil e na permanência no ensino superior, foi construído o referencial teórico que fundamenta as discussões propostas neste trabalho.

Para tanto, optou-se por fazer um estudo de caso com pesquisa descritiva, do tipo qualitativa analisada sob três categorias de análise: Permanência Material, Permanência Simbólica e Preconceito e Discriminação. Os dados para fomentar a pesquisa foram obtidos através da aplicação de questionários semiestruturados aplicados por acessibilidade no alojamento estudantil da Universidade em questão.

Além desta introdução, compõem esta monografia os seguintes itens: referencial teórico subdividido nos temas Sistema de Ensino e Capital Cultural, Políticas Públicas de Ação Afirmativa, Políticas de Assistência Estudantil e a Permanência. Em seguida são apresentados os caminhos metodológicos utilizados, a análise e discussão dos dados obtidos e por fim, as considerações finais desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar a análise do problema de pesquisa deste estudo, optou-se por construir um referencial teórico que, fundamentado em quatro tópicos principais, se relacione, às discussões apresentadas por Bourdieu e Passeron (2008) em “A Reprodução”. Além disso, buscou-se analisar as discussões de outros autores a respeito das diferenças entre classes, ao ingresso das classes populares em Universidades e à permanência dos mesmos. Assim, a seguir serão discutidos os temas Sistema de Ensino e Capital Cultural, Políticas Públicas de Ação Afirmativa, Preconceito e Discriminação e, por fim, política de Assistência Estudantil e Permanência.

2.1 Sistema de ensino e Capital cultural:

Quando se fala sobre sistema de ensino o que logo vêm à mente é a forma como são realizadas as aulas bem como, a forma como está organizada a educação nas escolas. Entretanto para Saviani (1999) o sistema de ensino nada mais é do que a organização dos fatores necessários para o cumprimento dos objetivos propostos pela educação para o seu público alvo. Assim, quando analisado por essa perspectiva, o sistema de ensino não envolve somente o ato de educar e de ensinar, mas também todo o planejamento e preparo relacionado a como e o que será ensinado.

Para entender essa definição, é necessário primeiro entender o significado de sistema de ensino quando ligado à educação, para Saviani (1999) a palavra sistema tem o sentido de ordem ou normas, regras, em um nível elevado de autonomia. Para o autor, cursos livres são exemplos desse sistema pois, não estão sob as regras comuns e assim, o autor acredita que não é possível dizer que o sistema de ensino é oficial ou mesmo livre. Para ele, o sistema educacional envolve desde o nível mais baixo e simples do ensino ao nível mais alto e complexo. Assim, por mais que haja diferenças, todos eles são norteados por suas próprias normas e regras não existindo somente um único sistema educacional, o que deixa claro também que, não existe somente uma forma de ensino.

Como analisado anteriormente na visão de Libâneo (2006), o sistema de ensino depende consideravelmente da forma como é trabalhado para ter sucesso em suas propostas. Assim, é necessário que, na criação de um sistema de ensino tenha-se bem delineado as regras de funcionamento do mesmo. Faz-se importante então, entender também como foi o surgimento e

a organização do sistema de ensino no Brasil bem como, sua forma de funcionamento em seus diversos âmbitos. Sarmiento (2005) explica o surgimento do sistema de ensino brasileiro destacando que, a ideia de se criar um sistema que orientasse o ensino brasileiro surge em meio ao século XIX utilizando-se da visão de Rui Barbosa para justificar a criação do ministério da educação e, por isso, o autor acredita que à época, os estados e municípios brasileiros que eram mais desenvolvidos começaram a pôr em prática políticas que ajudariam na organização do ensino em um âmbito próprio. Para Sarmiento (2005) a maioria dos sistemas de ensino brasileiros, isso inclui principalmente o sistema estadual e também o federal, começaram a se organizar de forma diferente e separada se distanciando aos poucos uns dos outros.

Outro aspecto importante a se analisar a partir do que foi discutido anteriormente é o destaque que Sarmiento (2005) dá às diferentes formas de organização do sistema de ensino brasileiro, isso, é claro, inclui também a forma de organização do ensino superior no país. Para entender essa forma de organização buscou-se a pesquisa de Sampaio (1991) onde o mesmo destaca que o ensino superior brasileiro começou a se desenvolver entre 1808 e 1889, esse desenvolvimento, segundo o autor, foi lento quando comparado as diversas mudanças sociais e econômicas que aconteciam na época. Sampaio (1991) destaca que essa forma de organização do sistema de ensino fornecia privilégios para os que obtinham o certificado de ensino superior pois, os mesmos conseguiam ingressar com maior facilidade no mercado de trabalho quando comparados aos indivíduos que pertenciam às classes sociais mais baixas, e isso aumentava ainda mais as desigualdades sociais existentes à época.

Essa forma de organização do ensino superior, citada por Sampaio (1991), que fornecia privilégios aos membros das classes mais altas da sociedade é destacada por Martins (2000). Segundo o autor, na década de 60 a educação superior do Brasil tinha por volta de cem instituições menores que eram focadas em ensinar valendo-se de profissionais pouco capacitados para tal função e também, com quase nenhuma ou nenhuma variedade de gênero, raça, etc. Assim, além do fato que no princípio as instituições superiores eram voltadas para as classes dominantes, o corpo docente não era devidamente capaz de transmitir os conhecimentos necessários. Segundo Martins (2000) essas instituições eram voltadas principalmente para a elite brasileira, para as classes dominantes, o que era ainda mais evidenciado quando se observava que a maioria dos estudantes que frequentavam as instituições à época eram homens complementando ainda mais a visão dos autores citados anteriormente de que, além das diferentes formas de organização do ensino brasileiro, a diferenciação das classes sociais era muito forte, privilegiando apenas uma pequena parcela da sociedade.

Tendo entendido como se deu o surgimento e como era organizado o sistema de ensino brasileiro, é notável que o problema da diferenciação entre as classes sociais já existia, fato evidenciado por Valle (2013) que, ao estudar Bourdieu, afirma que os estudos proporcionados pelo autor, propõem uma tese radical favorecida pela organização política e social da época. Segundo a autora, haviam diferentes interesses na sociedade onde, por um lado, desejava-se a formação das elites científicas e técnicas visando o desenvolvimento do país e, por outro lado, as classes sociais mais baixas buscavam uma educação melhor, visto que, esse era um fator que permitiria sua ascensão para uma classe social mais alta. Esse fato contribui com a tese de Martins (2000) indicando que, o sistema de ensino, em seu surgimento, não privilegiou determinadas classes somente no Brasil, esse foi um fenômeno geral.

Como analisado, é impossível tratar sobre o sistema de ensino sem valer-se das pesquisas de Bourdieu já que, o autor é um dos principais pesquisadores do tema. Assim, para aprofundamento na discussão, é fundamental entender dois dos principais conceitos propostos pelo autor: *Habitus* e *Campo*. Almeida (2005) acredita que o autor busca comprovar que o *Habitus* se forma quando o indivíduo se socializa com outras pessoas, ou seja, ele é fruto das experiências de relacionamento que o indivíduo vive e viveu e que moldam suas características, valores e caráter. Almeida (2005) destaca que o *Habitus* mantém-se com a pessoa até que seu ciclo social se altere variando de acordo com as pessoas com quem o indivíduo tem contato ao longo da vida.

Por outro lado, o conceito de *Campo*, refere-se, segundo Almeida (2005) à situação ou ainda, o âmbito social em que o indivíduo, dada sua experiência com relacionamentos fornecidos pelo *Habitus*, irão se inserir. Para o autor o campo envolve todos os indivíduos que possuem o mesmo *Habitus*, porém, seu acúmulo de capital, seja social ou econômico irá depender do campo em que cada um se insere. O autor cita como exemplo o campo econômico define dois conceitos importantes da teoria, os conceitos de classe dominada e classe dominante. É possível notar então, a importância e a influência que o *Habitus* e o *Campo* têm na vida do indivíduo pois, influenciam diretamente no ciclo de relacionamentos e na posição que se ocupa na sociedade, seja ela cultural ou econômica.

Além disso, analisando a forma de estruturação do sistema de ensino dos autores citados anteriormente, é notável que, o fato de o mesmo privilegiar determinadas classes sociais só aumenta as diferenças entre classes visto que, baseando-se nos dois conceitos propostos por Bourdieu (1998), ao inserir por exemplo, estudantes de uma classe social elevada em um mesmo círculo de ensino que outros estudantes pertencentes também às classes dominantes, esses

indivíduos reproduzirão esse sistema por meio do Habitus e do Capital Cultural além de reproduzirem a Ação Pedagógica (AP) e a violência simbólica.

Como citado a pouco, além do Campo, Bourdieu (1998) propõe a ideia da AP que Almeida (2005) destaca como à imposição da cultura de uma classe dominante sobre uma classe dominada sendo assim, a legitimação dessa cultura das classes dominantes. Isso transforma o indivíduo pertencente as classes dominadas que, por sua vez, são inseridos e dominados pela cultura e o Habitus das classes mais altas da sociedade. Ainda segundo Almeida (2005) para que essa imposição de cultura de uma classe dominante sobre uma classe dominada funcione, é necessário que haja a intervenção de alguma autoridade pedagógica que legitime essa imposição. Assim, essa autoridade pedagógica influencia também no Habitus pois segundo o autor, essa ação pedagógica se encontra nos mais diversos âmbitos sociais que o indivíduo frequenta e que, conscientemente ou inconscientemente transmitem essa cultura dominante e afetando o Habitus daqueles que frequentam esses locais. Aqui é importante destacar a ligação entre Habitus, Campo e Ação pedagógica com a forma como o sistema de ensino se torna o responsável pela transmissão dessa dominação entre classes.

Assim, resta então um dos principais conceitos propostos por Bourdieu e Passeron (2008) que conclui a ideia sobre como se dá o fenômeno da dominação das classes mais altas, esse conceito é o da já citada Violência Simbólica que como Almeida (2005) explica, exerce um papel fundamental no sistema de ensino para que o mesmo, possa legitimar a cultura dominante dentro do ambiente das escolas e universidades aumentando as diferenças entre as classes. Segundo Almeida (2005, p.144) “O arbitrário não é percebido pelos agentes da sociedade capitalista, no caso específico da escola, pelos pais, alunos e até mesmo pelos professores que, por desconhecê-lo, envolvem-se na trama da reprodução, naturalizando-a”.

Dessa forma, quando se entra na discussão de Bourdieu e Passeron (2008) sobre o sistema de ensino que, ambos acreditam, ser um reprodutor da forma de pensar e das vontades da classe dominante, tem-se que, para os autores, sistema de ensino são os mecanismos institucionais ou sociais responsáveis pela transmissão da cultura entre as gerações. Ou seja, o sistema de ensino reproduz as crenças, valores e a cultura das classes dominantes e dessa forma, impõe o modo de pensar dessas pessoas sobre aquelas pertencentes às classes dominadas. Para Boudieu e Passeron (2008, p. 76-77):

Todo sistema de ensino institucionalizado deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência são necessários tanto ao exercício de sua função

de reprodução de um arbitrário cultural do qual ele não é o produtor e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes.

Portanto, segundo Bourdieu e Passeron (2008) a reprodução da cultura no sistema de ensino se dá em virtude da reprodução da cultura dominante, ignorando assim, o efeito das relações simbólicas na reprodução dessa cultura. Os autores acreditam que o Sistema de ensino reforça as desigualdades já existentes, fazendo com que aqueles pertencentes as classes dominadas se desmotivem cada vez mais a ingressar no ensino superior, por exemplo. Ao mesmo tempo, existem alguns que têm a visão de que todos, indiferente da classe à qual pertencem, possuem as mesmas chances de cursar uma graduação por exemplo, entretanto, não se considera as diferenças existentes no que Bourdieu e Passeron (2008) chamam de “Capital Cultural”

Como dito anteriormente, Bourdieu e Passeron (2008) acreditam na influência do Capital cultural, que segundo Nogueira (2017) é uma ferramenta conceitual que explica as diferenças de oportunidades relacionadas à alunos e pessoas de diferentes classes sociais, dessa forma, o autor explica que Bourdieu e Passeron (2008) tentam refletir sobre o assunto afastando-se um pouco das explicações existencialistas da ideia dominante, ideia essa que para o autor, toma o indivíduo com um ser que possui capacidades e dons que o tornam um sujeito natural com capacidades intelectuais fornecidas pelo sistema de ensino.

Por outro lado, ainda analisando a teoria do Capital Cultural, para Bonamino, et al (2010) Bourdieu e Passeron (2008) manifestam a ideia do capital cultural buscando compreender as desigualdades sociais entre as classes dominantes e dominadas que são agravadas, por conta da forma como o sistema de ensino atua, conforme citado anteriormente. Bonamino, et al (2010) diz que para Bourdieu e Passeron (2008) o capital cultural existe em três estados distintos: incorporado, objetivado e institucionalizado.

O estado incorporado, acontece, segundo Bonamino, et al (2010, p.492) “na forma de disposições duráveis do organismo, tendo como principais elementos constitutivos os gostos, o domínio maior ou menor da língua culta e as informações sobre o mundo escolar”. Ainda segundo o autor, nesse estado, o capital cultural refere-se a toda a influência familiar sobre a pessoa, estando com o ser humano desde o nascimento transmitindo valores culturais, éticos e sociais que definirão os rumos de sua vida.

Já no estado objetivado, Bonamino et al (2010) afirma que os bens culturais (livros, pinturas, músicas, etc) representam o capital cultural. Segundo os autores, fundamentados em Bourdieu e Passeron (2008), o Capital Cultural em seu estado Objetivado se refere a tudo aquilo

que a criança tem acesso, contudo, os autores acreditam que para ter acesso a esse estado, os pais precisam ter “Capital Econômico” visto que, a maioria dos bens culturais costumam ter valores que são inacessíveis as classes populares.

Quanto ao estado Institucionalizado, Bonamino et al (2010) afirma que este, se refere aos títulos que o indivíduo obtém ao longo da vida, um diploma escolar por exemplo e sua posição no mercado de trabalho. Portanto, nesse estado, leva-se em conta todos os estados anteriores do Capital Cultural que irão influenciar diretamente na capacidade e nas oportunidades que o indivíduo terá para acessar áreas de ensino e do mercado as quais as classes dominantes possuem mais acesso.

Ainda seguindo a linha de análise do Capital Cultural, Setton (2005) observa que existe uma relação entre o perfil familiar do indivíduo e o que ele conseguirá alcançar ao longo de sua vida. Assim, segundo a autora e segundo Bourdieu (1998), existe uma relação intimamente estreita entre o modo como a família age ou mesmo, aquilo que ela fornece para os filhos e o que os mesmos virão a conquistar e ser no futuro. O que indica que, se por exemplo, uma família fornece livros ou incentivos a tipos de conteúdo parecido, a criança irá ter uma perspectiva diferente e, de certa forma, terá uma vantagem sobre aquela que não têm acesso ao mesmo tipo de conteúdo. Assim, a autora defende que para Bourdieu (1998) esses fatores não eram os mais importantes, para ela existem determinados fatores que vão além do que é transmitido na escola, no mercado de trabalho ou nas culturas dominantes, e que influenciam o sucesso do indivíduo na sociedade. Assim, segundo Bourdieu (1998) e Setton (2005) é importante entender que existem diversas diferenças na facilidade de acesso à cultura entre as classes dominantes e classes dominadas que interferem na forma como, no futuro, os filhos de ambos os tipos de família irão agir, ter sucesso na escola e no mercado de trabalho. Dessa forma, segundo Bourdieu (1998, p.42) citado por Setton (2005, p.78)

Cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes em face do capital cultural e da instituição escolar.

Seguindo ainda a linha de análise de Setton (2005) sobre o Capital Cultural, a autora acredita que a existência do mesmo em um ambiente familiar apenas tem sentido se tiver como ser repassada, não é suficiente apenas fornecer os meios para que os filhos da família possam ter acesso a cultura, é importante também que haja uma forma de repassar esse conhecimento e claro, é extremamente importante que haja incentivos por parte da família para que esse conhecimento seja de fato repassado. Apoiando essa visão Lahire (1997, p. 338) citado por

Setton (2005, p. 82) diz que “as competências e os estímulos relativos ao acúmulo de capital cultural podem não surtir efeito quando não encontrarem situações para que sejam postos em prática”

Assim, Bourdieu e Passeron (2008) se opõem ao ideário de que o atingimento de um objetivo depende somente do esforço de cada indivíduo, ou seja, a meritocracia é falaciosa. A partir dos estudos realizados sobre sistema de ensino e Capital Cultural baseado nas pesquisas dos diversos autores citados (Saviani (1999); Libâneo (2006); Sarmiento (2005); Sampaio (1991); Martins (2000); Valle (2013); Almeida (2005); Nogueira (2017); Bonamino, et al (2010); Setton (2005); Lahire (1997); Bourdieu e Passeron (2008)), observa-se que a ascensão social, cultural e econômica não depende só do indivíduo, mas que também, sofre influências da classe à qual o indivíduo pertence. Em um país como o Brasil, é notável que, aqueles de classes mais elevadas possuem um acesso mais fácil a uma escola melhor, a livros e diversos outros fatores que o deixam, de certa forma, longos passos à frente do indivíduo pertencente à classe menos privilegiada. Nesse sentido, os dados do IBGE indicam que indica que Dessa forma, as pessoas pertencentes às classes populares precisam de um esforço maior para no mínimo, se equiparar e participar da “disputa” com os pertencentes das classes dominantes.

Neste sentido, ao refletir sobre o contexto do ensino superior, surgem as Políticas de Ação Afirmativa e a Assistência Estudantil como formas de se minimizar as discrepâncias vivenciadas entre as classes. E é a partir deste ponto que no próximo tópico serão contextualizadas como elas se estruturam e seus papéis para reduzir os impactos que os diferentes níveis de capital cultural podem causar no processo de formação das classes populares no ensino superior.

2.2 Políticas públicas de ação afirmativa

Conforme citado a pouco, faz-se importante entender o papel das políticas públicas de ação afirmativa no Brasil. Essas políticas têm o foco de reduzir as diferenças entre as classes dominante e dominada garantindo chances e oportunidades iguais a todas as pessoas em disputas por vagas de emprego, escolas melhores e a um ensino superior de qualidade, por exemplo. Contudo, antes de prosseguir com esse raciocínio, faz-se relevante primeiro, realizar um breve estudo a respeito da ação afirmativa e, conseqüentemente, as políticas públicas de ação afirmativa. Moehlecke (2002) afirma que o termo “ação afirmativa” surgiu na década de 60 nos Estados Unidos que, à época, vivenciava grandes manifestações de reivindicação de

direitos. Segundo a autora, essas reivindicações advinham principalmente do movimento dos direitos civis focados na igualdade de oportunidade para todas as raças, gêneros e classes sociais. A autora afirma que o embora o movimento tenha tido seu início nos EUA, o mesmo se espalhou pelo mundo e nesses diferentes contextos, a ação afirmativa assumiu diversas formas como, programas governamentais ou privados, leis e orientações a partir de orientações jurídicas ou agências de fomento e regulação. Além disso, Moehlecke (2002) afirma que o público alvo dessas ações mudava de acordo com a situação do momento e assim, envolveu grupos com as chamadas minorias étnicas, raciais e as mulheres.

Ainda analisando o surgimento da ação afirmativa, Da Silva (2003) possui argumento parecido ao de Moehlecke (2002) ao dizer que as Políticas Públicas de Ação Afirmativa é um meio que busca a igualdade de todos seja ela racial, social, econômica ou cultural. Segundo a autora, a política de cotas, em específico, tem como objetivo o combate contra o racismo e o preconceito além de, tentar diminuir as diferenças culturais e econômicas entre classes.

Daflon et al (2013) por sua vez, afirma que as Políticas de Ação Afirmativa são diferentes da política antidiscriminatória por trabalhar com o apoio a grupos e indivíduos discriminados pela sociedade. Para os autores, estão entre os beneficiários das políticas de ação afirmativa, os alunos de escolas públicas, os negros, pardos, indígenas, as mulheres, os participantes de programas relacionados a licenciatura indígena, nativos do estado, pessoas pertencentes a classes de baixa renda monetária, quilombos, etc.

Da Silva (2003), Moehlecke (2002) e Daflon et al (2013) constroem a imagem de uma ação afirmativa que, apesar de esclarecedora e relevante, tendo entendido essa visão, é de extrema importância entender o papel dessas ações em um país como o Brasil. Para tal, buscou-se o estudo de Hass e Linhares (2012) que ampliam um pouco mais a ideia de como as Políticas de Ação Afirmativa são vistas pela sociedade brasileira. Os autores afirmam que as mesmas estão no centro da discussão brasileira sobre educação, afetando problemas, questões sociais e culturais, apesar de ainda, gerar diversas discussões a respeito de sua validade ou não. Para os autores, no Brasil, quando se trata em específico da Política de cotas, as mesmas, tem o intuito de melhorar o acesso das populações negras e indígenas ao ensino superior já que essas são as primeiras classes consideradas por eles, dominadas pela elite portuguesa na dominação do Brasil.

Indo de encontro a esse raciocínio das primeiras classes sociais dominadas pela elite portuguesa no Brasil, Fonsenca (2013) realiza um estudo histórico sobre o descobrimento do Brasil e a conseqüente dominação dos negros (trazidos como escravos pelos portugueses) e dos

indígenas que foram dominados pelos Portugueses. Para o autor, a dominação Portuguesa a princípio não era para a dominação dos povos que viviam no país, mas sim para a exploração dos recursos aqui presentes. Contudo, como consequência da exploração, os negros e os indígenas foram dominados, fato que ajuda na compreensão das desigualdades existentes no país já que, desde seu “descobrimento” e conquista, as raças e classes foram diferenciadas e a cultura portuguesa se enraizou no país. Esse argumento contribui então com a importância da criação da ação afirmativa para que, aos poucos, a cultura de diferenciação e preconceito entre as classes sejam reduzidas.

Retornando ao entendimento das políticas de ação afirmativa é importante ressaltar que, não existem somente cotas ou políticas relacionadas a raça (negros e indígenas como citado anteriormente). Sousa e Portes (2011) apontam que, as cotas raciais, são somente uma das diversas formas utilizadas para viabilizar e facilitar o acesso dos mais diversos grupos sociais e raciais (discriminados pela sociedade) no ensino superior, no mercado de trabalho e no âmbito político.

Contudo, apesar de não ser a única forma de ação afirmativa, a política de cotas é sem dúvidas, uma das principais formas dessas ações, portanto, é importante o argumento exposto por Moehlecke (2002) de que a política de cotas assumiu, ao longo da história, diversas formas que buscavam atender a uma demanda crescente por igualdade de direitos. Assim, a busca por igualdade de oportunidades e direitos cresceu e permitiu que, ao longo dos anos, os menos favorecidos pudessem buscar e atingir oportunidades melhores durante a vida.

Vieira (2014) segue o mesmo raciocínio de Hass e Linhares (2012) afirmando que a Política de cotas foi desenvolvida para, nas palavras de Vieira (2014, p.13) “reparar os negros pelos longos anos de injustiças a que foram submetidos. Essas políticas defendem a reparação por séculos de escravidão [...] pretendendo garantir oportunidades iguais de acesso ao trabalho, educação e outros”. Dessa forma, quando o Governo se deparou com as diversas revoluções e reivindicações, como já citado por Moehlecke (2002) o mesmo teve que começar a pensar e criar diversas políticas que proporcionassem para as classes mais baixas da sociedade, oportunidades iguais às da classe dominante. Ainda segundo Vieira (2014) essas ações de frente com as desigualdades que vieram como resultado das mesmas discriminações que ocorriam no passado e que, acontecem hoje de forma mais disfarçada, mas que ainda têm muita força, e isso, segundo a autora, só deixa mais visível a responsabilidade que deve ser imposta sobre o Estado para que haja a criação de vários tipos de políticas públicas voltadas para o fim dessa desigualdade e preconceito entre classes.

Vieira (2014) afirma também que no Brasil, existe um grande debate a respeito dessas políticas públicas de ação afirmativa, pois, muitos questionam a validade das mesmas enquanto outros acreditam que elas sejam válidas. Dessa forma, o debate gira principalmente em torno das vagas garantidas por essas políticas em instituições públicas, onde o principal foco é a política de cotas dentro das Universidades Públicas do Brasil por conta do preconceito ainda existente no Brasil. Assim, faz-se importante também, entender quais são os argumentos favoráveis e os não favoráveis às cotas raciais no Brasil.

Tratando-se da opinião contrária as cotas raciais e sociais, Sousa e Portes (2011) afirmam que, as pessoas que se posicionam contra as políticas de ação afirmativa utilizam como argumento o princípio da igualdade política e jurídica onde, segundo os autores, para essas pessoas, as políticas de ação afirmativa representam uma ameaça e também uma injustiça para suas próprias classes e raças além de, por conta da grande diversidade de raças e classes existente no Brasil, ser um sistema facilmente fraudado. Outro argumento utilizado, segundo os autores é a clara distinção entre negros e brancos¹ o que, segundo aqueles contrários as cotas, só aumenta o preconceito existente e traz consigo a ideia de desigualdade além de afirmar que todos os brancos são pertencentes as classes dominantes.

Por outro lado, Munanga (2001) traz alguns dos argumentos a favor das cotas raciais, segundo ele em um país como o Brasil o privilégio vai para os brancos pertencentes as classes dominantes enquanto os negros pertencentes as classes dominadas se veem excluídos de diversas oportunidades de ingresso no ensino superior e do mercado de trabalho. Segundo a autora, apesar de ser um país com muita diversidade racial, o Brasil ainda não superou o preconceito e a discriminação, brancos e negros, pobres e ricos, ainda são tratados com desigualdade na sociedade.

Quanto ao argumento relacionado às possíveis fraudes advindas da Política de cotas, Munanga (2001) afirma não acreditar que todos os brancos e pobres consigam fraudar esse sistema. Isso acontece porque, segundo a autora, para essas pessoas, valer-se das políticas de ação afirmativa seria um insulto a sua raça já que, uma pessoa que já possui um pensamento racista em sua mente acredita na superioridade de sua raça ou classe e por isso, se negaria a utilizar essas políticas.

Em contraponto aos argumentos de Munanga (2001) a respeito da capacidade de uma pessoa fraudar o sistema de cotas, tem-se os argumentos de Freitas (2017) que afirma que, com

¹ Vale ressaltar que, esses argumentos estão extremamente ligados a questões de construção social contendo em si, um significado sociológico ligado ao termo raça.

o decorrer dos anos, após a implantação da política de cotas, houveram muitas denúncias de casos de pessoas, não negras que se autodeclaravam negras ou pardas a fim de obter benefícios próprio e, por exemplo, ter acesso mais fácil a vagas de Universidades. A autora afirma ainda que, por conta desses histórico de fraudes, foram criadas comissões de homologação e autodeclaração com a finalidade de evitar essas fraudes, é destacado ainda que, essa proposta de comissão não era planejada quando a política foi implantada contudo, foi necessária considerando o alto índice de fraudes identificado ao longo do tempo.

Quanto ao histórico das Universidades no Brasil (tratado no primeiro tópico desse referencial teórico) relacionado às ação afirmativa, Vieira (2014) salienta que as primeiras Universidades Federais do Brasil foram criadas com o intuito de atender à grande chegada de imigrantes europeus brancos, excluindo-se assim, os negros e indígenas que habitavam o Brasil. Dessa forma, as primeiras Universidades Públicas ignoravam as classes dominadas, ou seja, os negros, indígenas, mulheres e as pessoas de baixa renda em detrimento de uma elite predominantemente branca e masculina. Carvalho (2011) destaca que a academia nacional, composta predominantemente por homens brancos, insistia muito na ideia meritocrática para assim, conseguir combater à ação afirmativa. Havia também uma eventualidade que favorecia a solidificação do preconceito e do racismo dentro da universidade brasileira. O fato de que a academia europeia também possuía uma ideologia parecida de que a universidade deveria ser ocupada, predominantemente, por brancos, aliado à realidade da academia brasileira, também ser composta por brancos, facilitou uma identificação entre as duas academias, a brasileira e a europeia.

Assim, é possível notar que, o preconceito somado à desigualdade social existente em um país como o Brasil, impossibilitam às classes dominadas ter as mesmas oportunidades que as classes dominantes. Nesse sentido, existem as Políticas Públicas de Ação Afirmativa que vêm tentando resolver o problema da desigualdade. entretanto, ainda é notável que, como foi citado por diversos autores nesse referencial teórico (SAVIANI (1999); LIBÂNEO (2006); SARMENTO (2005); SAMPAIO (1991), MARTINS (2000);VALLE (2013); ALMEIDA (2005); BOURDIEU E PASSERON (2008); BONAMINO ET AL (2010); SETTON (2005); BOUDIEU (1998); LAHIRE (1997); MOEHLECKE (2002); DA SILVA (2003); DAFLOON ET AL (2013); HASS E LINHARES (2012); FONSECA (2013), SOUSA E PORTES (2011); VIEIRA (2014); MUNANGA (2001); CARVALHO (2011)), a maioria nas Universidades Públicas brasileiras ainda é frequentada por uma elite branca que pertence a classes dominantes. Vale destacar ainda outro problema existente que, conforme citado por Vieira (2014), está

relacionado aos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade e que, por meio das políticas de Ação Afirmativa, conseguiram ingressar na universidade, mas que, passam por diversos problemas para permanecer no ensino superior.

Assim, faz-se necessário que nos próximos tópicos deste referencial sejam analisadas as questões relacionadas a permanência passando primeiro, por outro grande problema, o preconceito e a discriminação que, por sua vez, estão diretamente ligados a permanência,

2.3 Preconceito e Discriminação

Conforme estudado no tópico anterior deste referencial teórico, as políticas de Ação Afirmativa têm como o intuito de auxiliar negros, pardos e indígenas. Assim, faz-se relevante discutir - a fim de fundamentar um pouco mais a discussão a respeito das Políticas de Assistência Estudantil e a permanência – o preconceito e a discriminação que recaem sobre essas pessoas. Sendo assim, é importante entender quem são as pessoas mais afetadas e como o preconceito e a discriminação as atingem.

Nesse sentido, Rios (2007) afirma que o preconceito diz respeito as impressões mentais negativas relacionadas a pessoas que pertencem às classes sociais menos favorecidas e a discriminação, constitui a ação material dessas atitudes e sendo assim, é a passagem dos pensamentos preconceituosos para as palavras e ações que diminuem outras pessoas.

Em complemento aos argumentos de Rios (2007), Guimarães (2004) afirma que a discriminação, dentro do âmbito da sociedade, possui diversos pontos de vista diferentes, para alguns, ela é uma atitude irracional e imoral que afeta a sociedade mais abrangente, já para outras pessoas, a discriminação é considerada como uma ferramenta para efetivar a exclusão de uma determinada parcela da sociedade. Por fim, segundo o autor, algumas pessoas consideram a discriminação e o preconceito como uma das piores e mais sombrias atitudes do ser humano.

Ainda segundo Guimarães (2004), a discriminação existe quando alguma característica da pessoa, como por exemplo a raça, gênero ou a etnia, são utilizadas para eliminar e privar o acesso dessa pessoa a melhores condições de vida. Assim, o autor considera essa atitude como algo maligno e irracional.

Ainda buscando entender como se dá esse fenômeno, Adorno (1995), afirma que existem diversos obstáculos que impedem o desenvolvimento de uma sociedade igualitária, segundo ele, um dos principais é a extrema desigualdade social advinda do desenvolvimento econômico e social que desequilibra sobremaneira os paradigmas da sociedade e a divide

gerando assim diferenças entre as classes o que gera o preconceito e a discriminação dado que, a sociedade desenvolve a ideia de que, conforme já exposto por Guimarães (2004), aquele que é diferente deve ser excluído da sociedade.

Tendo entendido, de forma geral, o que é o preconceito e a discriminação, é importante analisar o cenário brasileiro frente a essas questões, portanto, buscou-se o estudo de Dos Santos Cavalleiro (2004) que afirma que a discussão já é antiga no Brasil considerando o histórico país com os povos indígenas e negros, contudo, ela afirma que a discussão se faz ainda atual pois, é necessário que se promova, para essas pessoas, uma educação de qualidade e em igualdade com as demais. A autora afirma ainda que teve experiências de trabalho no ensino infantil onde identificou que, as crianças negras, mesmo nessa idade, já sofriam algum tipo de preconceito ou violência por conta da cor da pele e que, apesar de saberem do que ocorria, muitos professores preferiram se silenciar. A autora afirma ainda que, o preconceito apresenta-se desde a infância como uma ideologia de dominação de grupos da sociedade considerados, por diversas características, como diferentes e que por isso, são inferiores as raças e classes dominantes da sociedade. Os argumentos da autora deixam claro que a questão do preconceito atinge a sociedade brasileira desde o início acarretando na exclusão de pessoas de ambientes da sociedade que, como as escolas, são fundamentais para o desenvolvimento do ser humano.

Acompanhando o raciocínio de Cavalleiro (2004), Bandeira e Batista (2002) afirmam que a violência que implica que o outro é diferente e que aponta traços negativos, é aplicada por pessoas que possuem, historicamente, algum poder na sociedade. Contudo, as autoras afirmam que essa relação e essa socialização não são inalteráveis, segundo elas, em uma sociedade hierárquica quem manda atribui o que é certo e errado e assim, aqueles que seguem essa ordem estão sujeitos a definições que os diminuem, apesar disso, as autoras afirmam que, ao identificar trata-se de uma auto-identificação negativa e que, transformando as características consideradas negativas (expostas pelas classes dominantes) em características de orgulho, o indivíduo se liberta e quebra a relação dominante x dominado pois, o indivíduo torna-se alguém capaz de definir valores na sociedade em que está inserido.

Para Pereira, Torres e Almeida (2003), o racismo se apresenta como uma estratégia utilizada pelas classes e grupos dominantes para aplicar discursos dominantes de uma forma que não viole as leis antirracistas. Segundo os autores, o preconceito utilizado como essa estratégia permite que as classes dominantes atuem com discursos de igualdade, mas que ao mesmo tempo, também atuem contra as políticas sociais de auxílio as classes historicamente dominadas (conforme apresentado no tópico anterior deste referencial). Outro fato apontado

pelos autores é que o preconceito é um produto das relações de poder entre as classes dominantes e dominadas.

Ainda seguindo a discussão iniciada por Cavalleiro (2004) e Bandeira e Batista (2002) sobre como seria possível superar o preconceito e a discriminação, Da Silva (2010) afirma que deve haver um trabalho desde a infância das pessoas ou seja, deve-se trabalhar na educação de professores e profissionais que, conseqüentemente, passarão para as novas gerações e ideia de que o preconceito é errado. Segundo a autora, não é possível resolver esse problema somente através de discursos que, as pessoas precisam ser educadas para entender que as pessoas são diferentes e que mesmo assim, são iguais e possuem os mesmos direitos. Nesse sentido, não basta apenas trabalhar com palestras e campanhas se esses valores não são ensinados desde a base da vida de uma pessoa sendo este, um problema que deverá ser resolvido ao longo das gerações.

Outro fator a ser considerado para a solução do problema é exposto por Silva Júnior (2002). Para o autor, a lei possui um papel fundamental para o combate ao preconceito e à discriminação, sem ela, de nada vale a discussão política e social pois, segundo o autor, sem o amparo de um instrumento que possa atuar e agir contra isso. O autor afirma ainda que todos primeiro devem conhecer seus direitos e respeitar as leis e assim, a lei se tornaria um instrumento de apoio ao fim da desigualdade e a ascensão da liberdade para todos.

Com os argumentos dos autores expostos neste tópico (DAFLON ET AL (2013); RIOS (2007) ; GUIMARÃES (2004); ADORNO (1995); DOS SANTOS CAVALLEIRO (2004); BANDEIRA; BATISTA (2002);PEREIRA; TORRES; ALMEIDA (2003);DA SILVA (2010);SILVA JÚNIOR (2002)) fica claro que o preconceito e a discriminação dizem respeito a exclusão das classes, raças e gêneros menos favorecidos da sociedade privando-os da ascensão social e do acesso a oportunidades. Esse argumento, vai de encontro as análises realizadas nos tópicos anteriores pois, esses indivíduos muitas vezes são privados de oportunidades de ascensão e por isso, conforme exposto no tópico anterior, faz-se necessário a existência de meios de incentivo e apoio para essas pessoas possam atingir a ascensão social criando para isso, oportunidades de acesso. Por conta disso, existe a ação afirmativa contudo, a mesma sozinha não é suficiente para esse apoio pois, como visto, não basta somente fornecer oportunidades de acesso ou campanhas de conscientização é preciso viabilizar que essas pessoas permaneçam nesses nas condições e locais atingidos bem como, garantir que não sofreram o mesmo preconceito e discriminação nesses âmbitos sociais. Sendo assim, chega-se

à discussão principal deste estudo, as políticas de assistência estudantil e a permanência que serão aprofundados no tópico a seguir

2.4 Políticas de assistência estudantil e a permanência

Conforme analisado nos tópicos anteriores deste referencial teórico, além do grande problema relacionado a dificuldade de ingresso das classes populares/dominadas nas Universidades, devido a diversos fatores como o capital cultural, a violência simbólica e a forma na qual o sistema de ensino é concebido, existe também outro fator extremamente relevante para este estudo, dado o seu objetivo de identificar a importância da Assistência Estudantil para tais alunos no ensino superior. Portanto, dado o foco desta pesquisa, é válido entender a importância da Política de Assistência Estudantil e também, entender o que de fato é a permanência e como ela está ligada a Assistência Estudantil

Conforme explicado, é de extrema importância entender o que de fato é a permanência e quais fatores são relevantes para um estudante pertencente a uma classe dominada que, durante a vida pode não ter tido acesso ao Capital Cultural de Bourdieu e Passeron (2008) e que foi exposto a Violência Simbólica e a um Sistema de Ensino que reforça essa violência além de vir de uma família de baixa renda. Contudo, o que vem a ser a permanência? Santos (2009) afirma que permanência é o ato de existir em um determinado ambiente e a possibilidade de se transformar por ele. Assim, permanência é a capacidade que um aluno tem de se manter existindo dentro do âmbito da universidade e seja transformado por ela conseguindo assim, ascensão social. Nesse sentido, De Andrade (2017) se aprofunda mais no conceito de permanência, e afirma que um fator importante a ser observado para a permanência do estudante no ensino superior refere-se à condição financeira do mesmo, sendo este, um fator extremamente importante para que ele tenha acesso a moradia e alimentação. Segundo a autora, essas condições afetam o rendimento acadêmico do aluno pois, se o mesmo possui uma renda financeira escassa e sua família não tem condições de mantê-lo na universidade, esse estudante terá de trabalhar para se manter na universidade e provavelmente, para ajudar com a renda da família diminuindo assim, seu rendimento em detrimento das outras atividades que assumir além dos estudos.

Para exemplificar e esclarecer os argumentos expressos por De Andrade (2017), buscou-se a pesquisa de Carvalho et al (2018). O trabalho foi desenvolvido com estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que dependem da assistência estudantil para

permanecer na universidade. Os entrevistados afirmaram que, apesar de ser positiva a influência da assistência estudantil, a bolsa recebida não é suficiente para a permanência no ensino superior. A pesquisa indica que a maior parte desses estudantes precisa buscar outros meios para complementar sua renda, afetando a permanência desses estudantes e também seu rendimento acadêmico. Esse estudo deixa claro que, apesar do fornecimento de bolsas para auxílio permanência, as mesmas não são suficientes para viabilizar a sobrevivência dos estudantes de baixa renda nesse meio. Vale ressaltar que essa dificuldade na permanência somente através da bolsa pode estar relacionada ao aumento no custo de vida já que os valores das bolsas quase não sofrem alterações.

Corroborando com os argumentos de Carvalho et al (2018) e De Andrade (2017), Dutra et al (2017) afirma que o público alvo da política de assistência estudantil deveria ser os estudantes de baixa renda, considerados em situação de vulnerabilidade socioeconômica o que corrobora com a ideia de que durante toda a história do país, as classes dominantes se sobrepuseram às classes dominadas e assim, é necessário um apoio para que essas diferenças possam, ao longo do tempo, ser diminuídas permitindo a essas pessoas o acesso à conteúdos e oportunidades que lhe foram negadas ao longo da vida. Nesse sentido, a autora afirma que a AE (assistência estudantil) deve procurar reduzir as desigualdades sociais existentes e permitir que aconteça o desenvolvimento e a transformação das pessoas de classes sociais menos favorecidas dentro da universidade, bem como, faze-las permanecer no ensino superior. Com isso, será possível reduzir também as diferenças de capital cultural entre as classes e futuras gerações além disso, esse é um fator importante para a diminuição da violência simbólica já que a mesma, só existira enquanto ainda houverem privilégios na sociedade que favoreçam a determinadas classes.

Buscando esclarecer ainda mais o que é a permanência no Ensino superior e como ela está extremamente ligada às políticas de assistência estudantil, De Oliveira (2015) afirma que, quando relacionada aos programas de assistência estudantil, a permanência assume um caráter de aumento da participação e de acesso dos estudantes vulneráveis aos bens de infraestrutura e intelectuais presentes na Universidade. Segundo o autor, a permanência está intimamente ligada a assistência estudantil pois é ela quem garante ao estudante acesso aos restaurantes universitários, as bibliotecas, ao transporte interno da universidade, as bolsas estudantis, ao alojamento estudantil, etc.

Após entender o que é a permanência faz-se extremamente importante analisar como surgiu a Política de Assistência Estudantil já que a mesma, conforme explicado por De Oliveira

(2015), foi criada para suprir a demanda por permanência dos estudantes que vêm de classes historicamente dominadas. Assim, buscou-se a pesquisa de Kowalski (2012) onde a autora afirma que o surgimento da Políticas de Assistência Estudantil está ligado ao surgimento das Universidades que, por sua vez, ocorreu devido ao crescimento das cidades, corporações do comércio e da indústria. A autora acredita que as primeiras universidades surgiram como corporações que agiam para proteger seus membros ofertando assistência e auxílio, informação que complementa os estudos de Sampaio (1991) e de Martins (2000), ambos citados no primeiro tópico deste referencial. Segundo esses autores no início, as instituições de ensino superior eram voltadas principalmente para as classes dominantes, esse fato ligado ao argumento exposto por Kowalski (2012) demonstra claramente a distinção entre as classes sociais no Brasil, quando relacionadas ao sistema de ensino, no surgimento das Universidades Brasileiras. Contudo, com o passar do tempo, as Universidades começaram a se abrir para o ingresso de estudantes de classes sociais mais baixas e ao longo do tempo, ficou evidente que para que esses estudantes conseguissem se graduar seria necessário criar mecanismos que garantissem a permanência desses indivíduos nas Universidades conforme explicado por Santos (2009). Nesse sentido, Kowalski (2012) afirma que a primeira vez em que o auxílio estudantil foi praticado no Brasil foi em 1928, pelo menos 40 anos após a criação do ensino superior no Brasil baseado na data indicada por Sampaio (1991).

Neste contexto, a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no país, conforme indicado por Kowalski (2012), passou a ser um fator primordial para que a oferta de oportunidades de graduação para as classes dominadas pudesse ser efetiva. Sendo assim, o estudo de De Andrade (2017) indica que o PNAES, hoje o principal canal de auxílio estudantil no Brasil, foi criado em 2007 buscando a inclusão das classes mais necessitadas da sociedade nas universidades brasileiras, além de viabilizar a permanência dessas pessoas no ensino superior público reduzindo também os índices de retenção e de evasão nas instituições públicas do ensino superior. Segundo a autora, o Decreto 7.234/2010 definiu que as áreas de atuação da assistência estudantil seriam, por exemplo, o acesso a moradia, a alimentação, transporte, saúde física e mental, etc.

Em complemento a ideia das áreas de atuação do PNAES indicadas por De Andrade (2017), Souza (2016) afirma que essas áreas são as consideradas primordiais para a efetividade da assistência estudantil pelo governo, sendo as mesmas, direcionadas para estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros ou indígenas. Cabe ressaltar que esse argumento é compatível com o exposto por Carvalho et al (2018) e De Oliveira (2015) de que a assistência

estudantil existe e foi criada com o intuito de garantir mais oportunidades para as classes mais baixas da sociedade. Souza (2017) acredita também que o apoio aos estudantes pertencentes a essas classes é baseado em três pilares: o auxílio permanência (Bolsas), auxílio refeição, e o acesso à moradia estudantil.

Nesse sentido, ao analisar a situação de um estudante negro pertencente a uma classe social mais baixa, Santos (2009) afirma que existem dois fatores importantes que determinam a permanência de um estudante desse ciclo social no ensino superior. O primeiro são as condições materiais necessárias para a conclusão do ensino superior (condição financeira, transporte, alimentação, materiais para estudo, livros, etc.). Já o segundo fator refere-se a presença de estudantes negros, indígenas ou de baixa renda em cursos que historicamente eram frequentados por brancos pertencentes as classes dominantes, fato já explicitado por Kowalski (2012), Sampaio (1991) e Martins (2000). Assim, Santos (2009) divide a permanência em dois tipos: a permanência material (relacionada aos aspectos materiais e físicos, como por exemplo as bolsas estudantis e a moradia) e permanência simbólica (Relacionada ao sentimento de pertencimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade na Universidade).

Seguindo o raciocínio de Santos (2009), conforme afirmado anteriormente, o autor cita dois fatores extremamente relevantes para a discussão da permanência e para os objetivos deste estudo, esses fatores são a Permanência Simbólica e a Permanência Material. Dito isso, é válido entender o que vêm a ser esses dois tipos de permanência. Nesse sentido, Lima (2016) afirma que, embora sejam tipos diferentes de permanência, a permanência simbólica está ligada à permanência material, contudo, ela se torna diferente quando em que busca superar e viabilizar o fim dos preconceitos e das diferenças entre as classes sociais além de fornecer acesso a pessoas diferentes daquelas que normalmente conviveriam em locais frequentados pelas classes dominantes. Ainda segundo a autora, é papel da universidade garantir e fornecer meios para a superação dessas desigualdades além de garantir a inclusão dos estudantes que não pertencem à elite. Para a autora, isso só ocorre através do fornecimento de livros, representatividade e reconhecimento que superem essas diferenças, ou seja, através do repasse de conteúdos que eduquem os alunos a terem respeito por aqueles menos privilegiados.

Por outro lado, quando se trata da permanência material Zago (2006) acredita que apesar de a permanência material estar atrelada ao fator econômico, também estão associados a esse tipo de permanência a busca do aluno por independência das famílias. Além disso, segundo o autor, para conseguir a permanência material e atingir a autonomia das famílias o estudante é levado à busca por trabalho remunerado ao mesmo tempo que cursa o ensino superior. Para o

autor, ao se analisar mais de perto a relação entre a renda familiar, escolaridade da família evidencia os custos atrelados à permanência material do estudante isso por conta de sua busca por uma posição melhor na sociedade do que a em que foi criado.

Seguindo o raciocínio proposto por Souza (2016) Dutra et al (2017) afirma que a política de Assistência Estudantil assume atualmente, um papel de combate à desigualdade social visto que, com o passar dos anos o ensino superior deixou de ser um privilégio para a elite brasileira de classes dominantes e passou a ser acessível para a as classes dominadas do país. Ainda segundo Dutra et al (2017, p. 162) “considerando que AE têm a finalidade de viabilizar a permanência dos estudantes no ensino superior, na perspectiva da democratização da universidade, a mesma deve ser concebida enquanto direito”. Dessa forma, considerando toda a perspectiva histórica da universidade no Brasil, quando se abre as portas das mesmas para a classe dominada, é necessário pensar também que essa classe não vai ter as mesmas condições que a elite de se manter no ensino superior o que não pode ser negado consideradas as pesquisas de Boudieu e Passeron (2008) e dos diversos autores citados até o momento. Ao considerarmos o capital cultural, a violência simbólica, o sistema de ensino e as diferenças sociais hoje existentes em um país como o Brasil, fica claro que existe uma discrepância enorme entre as classes e sendo assim, a partir do momento que o ensino superior passa a ser um direito de todos, faz-se necessário haver políticas que mantenham as classes menos favorecidas dentro da universidade permitindo a essas pessoas não só o acesso a ensino de qualidade mas também, fornecendo oportunidades de permanência simbólica e material para que possa usufruir do direito conquistado.

Por fim, baseado no referencial teórico apresentado e nos estudos dos diversos autores citados, este estudo busca entender a importância das políticas de assistência estudantil para a permanência dos estudantes buscando esse entendimento principalmente através das categorias criadas por Bourdieu e Passeron (2008) de Capital Cultural, Sistema de Ensino e Violência Simbólica. A partir dessas categorias, será possível entender de fato o que torna possível a permanência dos estudantes das classes dominadas nas Universidades bem como, entender os fatores que influenciam em sua permanência. Portanto, no próximo tópico desta pesquisa será explicado de forma detalhada a metodologia de pesquisa a ser utilizada para análise e estudo do tema.

3 METODOLOGIA

Para este estudo optou-se por fazer uma pesquisa Teórico-Empírica, descritiva e de caráter qualitativo. Teórico-Empírica porque a pesquisa é baseada em pesquisas bibliográficas, documentais e eletrônicas para posteriormente, realizar um estudo de caso indo a campo para aplicação de questionários no alojamento estudantil da Universidade em questão. A pesquisa será descritiva pois, seu objetivo é identificar de que forma a política de assistência estudantil impacta a permanência dos estudantes vulneráveis no ensino superior.

Segundo Godoy (1995) na abordagem qualitativa é possível compreender melhor o fenômeno estudado e também, o contexto no qual ele está inserido, nesse caso, ao analisar qualitativamente os dados obtidos será possível entender melhor a real influência da assistência estudantil para os estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade. Para Neves (1996) ao realizar um estudo qualitativo, o pesquisador focará no estudo do processo social buscando entender o problema e o contexto da pesquisa ao mesmo tempo que têm uma relação mais próxima e compreensiva com o objeto de estudo.

Para tanto, esta pesquisa contou com a participação de 100 sujeitos que moram no alojamento estudantil da universidade. Eles foram escolhidos por acessibilidade até que fosse atingido o nível de saturação.

Cabe destacar que os dados coletados foram analisados a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Portanto, para seguir o objetivo principal do estudo, os dados obtidos foram categorizados a partir das categorias teóricas propostas a seguir:

- a) permanência material;
- b) permanência simbólica;
- c) preconceito e discriminação.

A seguir, no quadro 1, serão apresentadas as descrições e objetivos de cada categoria:

Quadro 1 – Descrições e objetivos das categorias analisadas

CATEGORIA	DO QUE TRATA A CATEGORIA
Permanência Material	Essa categoria tem por intuito entender quais meios de permanência material (bolsa, acesso a alimentação, moradia transporte, etc) a Universidade fornece para a permanência do aluno e principalmente, identificar se eles são suficientes para que os alunos mais vulneráveis, ou seja, os moradores do alojamento estudantil, continuem na Universidade.
Permanência Simbólica	Essa categoria busca identificar fatores simbólicos relacionados ao sentimento de pertencimento à Universidade, pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, busca-se

	entender se esses fatores são de fato ofertados e em como os estudantes os enxergam.
Preconceito e Discriminação	A categoria busca identificar se os moradores do alojamento estudantil, ou seja, os entrevistados, sofrem com preconceito e discriminação no âmbito da Universidade fato que se torna relevante para a discussão para entender o papel e a função da assistência estudantil para a superação do preconceito e da discriminação quando relacionado à permanência simbólica.

Fonte: Do autor

Assim, a partir de tais categorias, o tópico seguinte, tratará as análises dos dados coletados e os resultados obtidos a partir desta pesquisa.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A fim de analisar os dados obtidos através da aplicação dos 100 questionários, optou-se pelo método de análise de conteúdo de Bardin (1977). Para ser utilizado, o método exige a criação de categorias de análise para estudo dos dados obtidos. Para tanto, as categorias foram criadas baseadas, principalmente, nas teorias de Bourdieu e Passeron (2008), e nos tópicos estudados no Referencial Teórico. Assim, optou-se por analisar três categorias principais. Na primeira, que está relacionada à permanência material, serão analisados os fatores e auxílios que compõem a assistência material da Universidade como as bolsas e o alojamento estudantil, por exemplo. Na segunda categoria, que trata do aspecto simbólico da permanência, serão discutidas questões relacionadas ao sentimento de pertencimento à Universidade pelos moradores do alojamento estudantil. Por fim, na terceira categoria, serão apresentados os aspectos relacionados ao preconceito e à discriminação e como os mesmos influenciam a permanência simbólica dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a seguir serão apresentadas as análises realizadas através dos dados obtidos em cada categoria.

4.1 Permanência Material

Neste tópico, serão analisadas as respostas que tratam sobre a categoria de permanência material que busca entender, o que a Universidade oferece para viabilizar a permanência do aluno em questões econômicas e materiais (moradia, alimentação, entre outros). Buscou-se entender também de que forma esse auxílio material se torna suficiente (ou não) para viabilizar que os mais vulneráveis consigam se manter no ensino superior. Assim, tendo por base o perfil de resposta dos moradores do alojamento estudantil, foi possível observar, como será descrito a seguir, que as políticas de assistência adotadas pela Universidade possuem um impacto importante em relação à permanência destes estudantes no ensino superior.

Para a maior parte desses estudantes, seria impossível permanecer no ensino superior sem o apoio da Assistência Estudantil da Universidade. Segundo eles, os tipos de auxílio que mais contribuem para a sua permanência, são aqueles relacionados às bolsas estudantis, a alimentação no Restaurante Universitário e a Moradia. Em conjunto a afirmação dos respondentes a respeito da importância dessas formas de auxílio material, Delabrida (2014) em seu estudo afirma que as mesmas, se tornam importantes a partir do momento em que foi dada a oportunidade de mobilidade geográfica para estudantes de todo o país o que

consequentemente, leva os alunos que conseguiram ingressar em uma Universidade de outra Cidade/Estado, para longe das famílias deixando-os expostos dificuldades financeiras. Assim, segundo a autora, os programas de assistência estudantil se tornam fundamentais para essas pessoas que, por conta da grande concentração de renda existente no país, se tornam vulneráveis nesse cenário.

Contudo, alguns estudantes acreditam que os meios de permanência de vulneráveis socioeconômicos, ofertados pela Universidade, não são suficientes para viabilizar a permanência desses estudantes. Nesse sentido, Fernandes (2018) afirma que, apesar de fazer a diferença para estudantes vulneráveis, principalmente aqueles que vêm de outras cidades, o valor destinado à assistência estudantil não é suficiente, isso porque para muitos desses estudantes, não é possível receber apoio dos familiares para ajudar com as despesas e assim, os mesmos ficam totalmente dependentes dos recursos da assistência estudantil. A autora afirma ainda que, somente ações pontuais de assistência estudantil não são suficientes para viabilizar a permanência dos vulneráveis.

Indo ao encontro do estudo do autor, os dados a seguir se aprofundarão ainda mais na perspectiva de dependência que os estudantes em situação de vulnerabilidade têm da Assistência Estudantil. Para a maior parte dos alunos entrevistados, caso não houvessem as políticas de assistência estudantil, eles não teriam condições de permanecer no ensino superior, especialmente aqueles que dependem da moradia estudantil, mesmo que conseguissem um emprego, seria inviável a permanência na Universidade dado o alto custo de vida na cidade.

Porém, é importante destacar que, mesmo com a política de assistência estudantil garantida pela Universidade, os estudantes vulneráveis afirmaram que além das dificuldades materiais, há ainda a preocupação constante com o rendimento acadêmico resultando em problemas como depressão e ansiedade. De acordo com Kowalski (2012) e De Andrade (2017) o intuito de se instituir a assistência estudantil é com a finalidade amparar materialmente as classes dominadas, de modo a viabilizar sua permanência nas Universidades públicas.

O fato de a assistência material ser considerada tão importante para esses alunos está ligado, conforme afirma De Andrade (2017), à condição financeira dos estudantes e de suas famílias. Nesse sentido, a partir dos dados coletados, foi possível identificar que 91 dos entrevistados possuem uma pontuação abaixo de 4 na avaliação socioeconômica sendo que quase 50 se enquadram na pontuação 2 ou menor. Vale explicar que, o Programa de avaliação Socioeconômica da Universidade em questão, tem como objetivo identificar estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para garantir igualdade de tratamento e acesso a

assistência estudantil da Universidade. Para serem avaliados, os alunos devem apresentar uma série de documentos e passar por avaliações realizadas por assistentes sociais periodicamente. Além disso, o aluno deve enviar diversos documentos que serão validados, responder a um questionário socioeconômico e posterior a isso, serão feitos cálculos baseados nos critérios de avaliação socioeconômica da Universidade.

Porém, é importante destacar que, embora a assistência estudantil seja fundamental para a permanência destes estudantes, ainda assim, segundo os entrevistados, ela não é suficiente para garantir seu bem estar. Isto porque, para boa parte dos respondentes, a forma como a assistência estudantil está estruturada não segue a realidade dos que mais precisam dela. Segundo eles, por conta da grande pressão sofrida, falta um apoio psicológico mais abrangente e eficiente que possa atender a mais pessoas, além de se estabelecer maior diálogo com os estudantes. Os alunos citam ainda diversas outras melhorias como o aumento dos horários de funcionamento do transporte interno, o já citado aumento no valor das bolsas, a aplicação de estratégias que visem a redução das fraudes realizadas nas avaliações socioeconômicas de forma a direcionar os recursos para alunos que realmente precisam da assistência estudantil, a gratuidade nas refeições do Restaurante Universitário para alunos vulneráveis bem como a inclusão do café da manhã, e a implantação de melhorias e reformas no alojamento estudantil, principalmente a falta de uma lavanderia no Bloco I do alojamento e a oferta de moradia para mães vulneráveis.

Favorável aos argumentos dos alunos, Garrido (2015) afirma que, os moradores dos alojamentos costumam passar por contratempos o tempo todo, e esses contratempos, estão ligados a problemas estruturais, deficiências do ambiente e ausência de serviços essenciais para uma boa permanência no local. Além disso, a autora afirma que essas condições trazem impactos para a formação desses alunos. Em apoio a isso, Delabrida (2014) afirma que as condições socioambientais das moradias estudantis não favorecem o sentimento de pertencimento do aluno aquele lugar. Segundo a autora, as condições em que esses estudantes vivem no alojamento estudantil têm impacto direto na saúde dos mesmos, causando estresse, depressão, cansaço, entre outros fatores.

Para mudar esse cenário, os respondentes afirmam que é preciso estabelecer um maior diálogo entre esses estudantes e os gestores dos recursos da instituição. Além disso, afirmam que é necessário que os gestores enxerguem a realidade desses alunos que sofrem com as pressões do ensino superior acumuladas a problemas financeiros, familiares e sociais. Existem ainda relatos de estudantes que precisam do auxílio estudantil, principalmente relacionado as

bolsas, e não conseguem ter acesso às políticas de auxílio estudantil. Segundo alguns respondentes, mais bolsas deveriam ser destinadas a estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade e apontam ainda que as regras para recebimento das mesmas deveriam ser mais rígidas a fim de evitar possíveis fraudes.

Em apoio a esta afirmação, ao questionar aos respondentes se eles recebiam a bolsa estudantil 29 dos respondentes afirmaram que não, o que deixa claro que nem todos os moradores do alojamento estudantil têm acesso a todos os tipos de apoios oferecidos pela assistência estudantil. Alguns afirmam ainda que é necessário haver uma diminuição da pressão e da cobrança imposta aos alunos no que tange as regras para manutenção da assistência estudantil - reprovação por frequência, obrigatoriedade de matrícula em pelo menos duas disciplinas no período - bem como, uma melhoria nos atendimentos médicos e psicológicos.

Neste sentido, é importante ressaltar alguns dos critérios da Universidade para a manutenção da assistência estudantil do aluno que impactam no aumento da pressão sofrida por estudantes vulneráveis. O período pelo qual o aluno poderá receber a assistência estudantil é de dois anos, podendo o auxílio ser renovado após uma nova avaliação socioeconômica, além disso, caso o estudante tranque sua matrícula o benefício é suspenso. O estudante pode ainda perder o direito ao auxílio caso descumpra alguma das seguintes regras:

- a) caso forneça documentação comprovadamente inexata para ter acesso ao benefício;
- b) sofrer penalidade por infração do regime disciplinar do corpo discente ou de alguma das normas da assistência estudantil;
- c) reprovar por frequência em alguma disciplina;
- d) não se matricular em no mínimo duas disciplinas no semestre (exceto em casos onde a matriz curricular do aluno não exija esse critério).

A maior parte das críticas dos alunos a forma com o a assistência estudantil é organizada hoje está relacionada ao valor das bolsas. Para os moradores do alojamento, o valor recebido é muito abaixo do custo de vida dado o fato que o mesmo, não é reajustado há pelo menos cinco anos. Assim, o valor das bolsas é, para os tempos atuais, insuficiente, defasado e não condiz com a realidade econômica e social do país.

Em contraponto às diversas solicitações de aumento no valor das bolsas, deve-se considerar a situação econômica que o país vive no momento bem como, as estratégias e valores adotados por outras Universidades do país. Nesse sentido, Stolf (2014) afirma que, a bolsa governamental define que o valor a ser disponibilizado para os estudantes não pode ser abaixo do valor distribuído pelas bolsas de iniciação científica, contudo, segundo a autora, foi

disponibilizada uma estratégia pela UFSC. Foi criado um programa chamado “Programa Complementar de Permanência” onde são englobados os estudantes que já fazem parte do programa de bolsa permanência que recebem um valor complementar à bolsa governamental aumentando o valor recebido por esses alunos. Vale ressaltar ainda que, há época (2013), o valor da bolsa disponibilizado pela Universidade era de R\$ 492,00. Contudo, é importante também considerar que, atualmente, o poder de compra dos alunos foi muito reduzido já que, recebem atualmente os estudantes recebem quase R\$ 192,00 a menos e isso, considerando a inflação do país, indica que a perda monetária dos vulneráveis na Universidade teve uma queda considerável.

Contudo, é importante notar que a situação econômica do país em 2013 era totalmente diferente da economia em 2020 e portanto, as possibilidades de aumento no valor das bolsas é consideravelmente menor já que o Governo têm optado por estratégias de cortes e reduções da renda destinada para a educação, além disso, deve-se considerar a pandemia de Covid-19 ocorrida no ano que afetou completamente a economia mundial. Considerados esses pontos, é improvável que haja um aumento no valor das bolsas por um período de tempo contudo, é possível pensar, como foi feito na UFSC em 2013, em estratégias que possibilitem o complemento do valor disponibilizado para os estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Foi citado também pelos respondentes o fato que, deveria existir a Bolsa Permanência para os mais vulneráveis pois, no formato atual, as bolsas não assumem um papel de garantia de permanência, mas, segundo eles, assemelham-se mais a um contrato de trabalho que acarreta em pressões e preocupações que levam o aluno a sofrer com problemas psicológicos e de saúde.

O Governo Federal oferecia a bolsa permanência, que à época, era direcionada ao estudante através de um cartão de benefício, visando a diminuição das desigualdades no âmbito da Universidade e auxiliar na permanência desses alunos com a quantia de R\$400,00. Nesse sentido, podiam receber a bolsa permanência estudantes que: possuam renda familiar per capita bruta de até um salário mínimo e meio, estivessem matriculados em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias, não ultrapassassem em dois semestres do tempo regular do curso para se formar, comprovassem pertencimento étnico (indígenas e quilombolas), tivesse cadastro no programa da Universidade aprovado e mensalmente homologado.

Contudo, de acordo com o Ofício Curricular nº 2/2016/DIPES/SESU/SESU-MEC de 11 de maio de 2016, foram suspensas novas inscrições no programa de bolsa permanência, exceto

para indígenas e quilombolas e ainda, em algumas universidades, somente podem se inscrever os estudantes dos cursos de medicina e medicina veterinária. Esse fato, vai de encontro aos pedidos dos alunos pois. Conforme expressado pelos mesmos, além de o auxílio fornecido pela Assistência Estudantil não ser suficiente para a permanência atualmente, os estudantes convivem com diversas pressões por conta das regras de acesso a AE. Nesse sentido, a bolsa permanência poderia ser um fator diferencial nesses pontos já que é uma iniciativa do Governo Federal não exigia uma contrapartida, por parte do aluno, para o recebimento da bolsa (fato que ocorre com a Assistência Estudantil) e poderia assim, ser um fator primordial para a diminuição da pressão imposta aos estudantes em situação de vulnerabilidade, conforme exposto nesta análise. Assim, apesar dos possíveis motivos para o bloqueio de novas inscrições no programa, faz-se válido, considerando as demandas dos estudantes, uma análise a respeito da oferta do programa de bolsa permanência.

Araújo (2014) afirma que a bolsa permanência é destinada aos discentes em situação de vulnerabilidade social e que seu principal objetivo é possibilitar que esses estudantes se desenvolvam nos estudos, ou seja, tem o intuito de buscar que esses alunos consigam permanecer e se desenvolver na Universidade. Além disso, o autor diz que, para receber a bolsa permanência, os estudantes devem estar regularmente matriculados e frequentando o curso bem como, ter disponibilidade de doze horas semanais para executar as atividades que são propostas pelo programa. Nesse sentido, considerando o objetivo do programa, tem-se como ponto importante para a garantia de seu atingimento, a diminuição da pressão imposta aos alunos (muitas vezes ligadas as regras para recebimento da bolsa) pois, como se busca o desenvolvimento dos mesmos é necessário que haja também condições psicológicas para isso.

Os problemas aqui destacados pelos entrevistados assemelham-se muito, aos dados da pesquisa de Carvalho et al (2018) onde, os respondentes afirmaram, em semelhança as afirmações aqui expostas que, o valor recebido nas bolsas estudantis não era suficiente para viabilizar a permanência dos estudantes.

Em complemento a isso, boa parte dos entrevistados, afirma que eles precisam realizar algum trabalho por fora da Universidade para conseguir uma renda mínima que o mantenha na cidade sendo que, a maior parte dessas atividades de trabalho são autônomos ou freelances (garçom, recepcionista de eventos, entre outros), os chamados “bicos”² também são destacados.

² Bicos: Serviço remunerado que se faz para além do emprego habitual fornecendo renda extra.

Outras formas de aquisição de renda extra citadas são serviços como maquiadora, fotógrafos, aulas particulares e estágios.

Por fim, é notável destacar que, apesar da extrema importância e de ser um pilar fundamental da assistência estudantil, o apoio material por si só não é suficiente para garantir a permanência e o bem estar dos moradores do alojamento estudantil. Fica claro também que, apesar de ainda não ser suficiente, sem o apoio da assistência estudantil a maior parte dos estudantes mais vulneráveis da Universidade trancaria ou abandonaria os cursos. Outro problema grave apontado é o alto nível de pressão imposta sobre esses alunos que, além de conviver com problemas econômicos enfrentam ainda problemas como preconceito, depressão e ansiedade e a falta de apoio a superação de problemas culturais de preconceito e inserção desses alunos nos diversos âmbitos da Universidade, contudo, o aspecto simbólico da permanência será mais aprofundado no próximo tópico desta análise.

4.2 Permanência Simbólica

Com base nos dados coletados, é notável que, apesar de considerarem os recursos materiais fundamentais para sua permanência, os estudantes classificados como em situação de vulnerabilidade socioeconômica pela Universidade, quase não conseguem identificar os incentivos ao apoio simbólico. Nesse sentido, após a análise realizado no tópico anterior, fica clara a divisão dos dois tipos de permanência expostos por Santos (2009), a permanência material (sobre a qual trata o tópico anterior) e a permanência simbólica (que será discutida neste tópico). Segundo o autor, são os fatores pertencentes a essas duas categorias que garantem a permanência dos vulneráveis no ensino superior.

Existem diversos relatos a respeito da falta de ações, por parte da Universidade, e de incentivos à diminuição das discriminações e diferenças sociais no âmbito da mesma. Além disso, os estudantes relatam não ter espaços de participação na Universidade. Para eles, a gestão universitária precisa estar mais próxima dos estudantes para traçar estratégias de permanência (material e simbólica) que estejam alinhadas às suas necessidades. Nesse sentido, Santos (2009) afirma que a permanência simbólica está relacionado às possibilidades e oportunidades que o estudante têm para vivenciar o ambiente universitário, de identificar dentro dos diversos ambientes e grupos existentes da Universidade e principalmente, se sentir pertencente e aceito por estes grupos sendo necessário assim, segundo a autora, superar as desigualdades existentes nesse âmbito e tornar essas pessoas, consideradas diferentes, parte da comunidade acadêmica.

Para isso, é extremamente necessário que os alunos vulneráveis tenham espaço de participação e sejam ouvidos, isso além de dar uma sensação de pertencimento maior à Universidade vai dar maior visão aos problemas enfrentados por essas pessoas sendo possível então, pensar em meios de superação dessas questões.

Outro fato relevante a ser levado em consideração é que os respondentes percebem a falta de engajamento dos alunos não vulneráveis em espaços de discussão sobre tal temática como dificultador para a compreensão da realidade experimentada pelos vulneráveis. Considerados os argumentos de Santos (2009) – citado anteriormente - e unindo-os à sensação de falta de movimentação por parte da comunidade acadêmica na superação das diferenças sociais na Universidade, é possível analisar que um dos principais objetivos da permanência simbólica não é concluído.

Aliado a essa falta de engajamento de outras pessoas na causa, tem-se a falta de conhecimento, por boa parte dos respondentes, dos canais de comunicação da institucionais. E ainda, somado aos dois problemas citados, ao serem questionados se consideram importante ter um local de escuta que auxilie nas dificuldades vivenciadas quase 75 dos 100 respondentes afirmaram que sim.

Nesse sentido, retornando a discussão a respeito da importância da participação dos estudantes, algo que torna esse argumento ainda mais alarmante é a falta de conhecimento que os moradores têm dos meios de comunicação ou de apoio da Universidade a superação das desigualdades, meios esses que, em tese, serviriam como mecanismos que as minorias pudessem ser ouvidas pela Universidade. Nesse sentido, nota-se que a ideia de permanência simbólica quase não é aplicada pois, segundo Santos (2009), esse conceito refere-se ao sentimento de pertencimento do aluno ao ambiente da Universidade e para se sentirem pertencentes, esses estudantes devem participar e ter voz ativa dentro da Universidade pois, a partir do momento em que são privados de participação, a ideia de opressão contra as classes dominadas continua existindo e assim, fica quase impossível se identificar os problemas pelos quais esses alunos passam.

Além disso, o fato de os estudantes não conhecerem ou não entenderem a finalidade dos canais de comunicação pode estar diretamente ligado ao Capital Cultural que é tudo o que o indivíduo tem acesso ao longo da vida. Segundo Nogueira (2017) explica as diferenças de oportunidade entre pessoas de classes diferente e que, segundo Bourdieu e Passeron (2008), toma o indivíduo como um ser que possui capacidades e dons que o tornam um sujeito com as capacidades transmitidas pelo sistema de ensino.

Vale destacar então que, o fato desses estudantes não conhecerem o propósito ou a existência dos meios de comunicação pode estar diretamente ligado a falta de transferência de Capital Cultural para as classes oprimidas da sociedade que, historicamente, são excluídas de diversos âmbitos sociais e culturais por serem consideradas diferentes pelo restante das classes sociais. Por esse fato, esses estudantes sentem-se excluídos da comunidade acadêmica pois, para eles, sua voz não é ouvida naquele ambiente assim como, não era ouvida durante toda a vida.

Referente aos canais de participação, boa parte dos respondentes alega que os mesmos, não são suficientes para que as necessidades dos estudantes sejam levadas em consideração no âmbito da tomada de decisões. Segundo os alunos, é necessário dar mais voz aos estudantes e que a gestão da Universidade precisa estar disposta a realizar mudanças ouvindo o apelo dos discentes a partir da abertura de uma maior participação dos mesmos para sugestão de ideias e novos projetos. Além disso, muitos estudantes afirmam que essas ações devem estar mais ativas, diversificadas bem como, deve haver mais compromisso, compreensão e sensibilidade dos membros da comunidade acadêmica e que, além disso, devem haver mais canais de diálogo e participação.

Assim, considerando um aluno morador do alojamento que ingressou no ensino superior e, inserido em um ambiente conforme o exposto nas respostas, têm-se a ideia de que os mesmos, não se sentem como parte da comunidade acadêmica. Muitas vezes, sentem-se excluídos e inaudíveis e, conseqüentemente, sentem que são tratados diferentemente dos demais estudantes pelo simples fato de serem moradores do alojamento estudantil.

Além disso, um ponto extremamente sensível que foi ressaltado pelos estudantes, diz respeito à atenção à saúde mental no contexto universitário. Segundo os relatos dos respondentes a saúde mental é silenciada quando se leva em conta a alta pressão sofrida pelos estudantes mais vulneráveis que, segundo eles, a todo momento se preocupam em manter um rendimento acadêmico, para não perder os auxílios da assistência estudantil e, ainda, e obter alguma fonte de renda para conseguirem se manter na Universidade. Outro fato importante que pode explicar essa preocupação constante é que, na aplicação dos questionários, alguns dos respondentes tinham receio de falar sobre a Assistência Estudantil e de destacar os pontos de melhoria da mesma, nesse sentido, é notável que existem conceitos e preocupações que esses alunos adquirem ao longo da graduação criando assim, o medo da perda da Assistência Estudantil.

Alguns respondentes afirmam que, muitas vezes, os estudantes são obrigados a abandonar a saúde mental em detrimento do rendimento acadêmico. Unido a isso, alguns estudantes sofrem com conflitos externos a Universidade (familiares) e isso, ligado a discriminação que muitos sofrem dentro do âmbito da Universidade, aumenta ainda mais a carga de pressão dos estudantes.

Além disso, os moradores relatam que o setor que cuida da saúde mental disponibilizado pela Universidade não possui estrutura suficiente para fornecer o apoio necessário, segundo eles, não é realizado um acompanhamento dos casos que, ao longo do tempo, são amenizados. Nesse sentido, Cerchiari (2005) afirma que o objetivo do serviço de atendimento psicológico ao estudante em uma universidade é prestar atendimento psicológico e psiquiátrico preventivo e terapêutico.

A autora afirma ainda que essa assistência pode se dar por meio de seções em grupo ou individuais. Assim, considerado este objetivo, o núcleo de saúde busca melhorar a qualidade de vida do estudante na Universidade, dando apoio para os discentes que, conforme os respondentes afirmam, sofrem com diversas pressões e problemas. Contudo, alguns respondentes acreditam que falta o acompanhamento dos casos porém, é necessário levar-se em consideração que, para conseguir realizar o acompanhamento total com esses estudantes seriam necessários mais psicólogos bem como, uma estrutura maior e melhor desenvolvida o que necessariamente, exigiria a destinação de mais recursos para essa área da assistência estudantil.

Nesse sentido, os estudantes destacaram que, ao serem sobrecarregados com tantas preocupações os mesmos passam por problemas como depressão, tentativas de suicídio e ansiedade o que, no fim, os força a desistir dos cursos. No que tange a esses pontos, os respondentes afirmam novamente que falta apoio da Universidade para a superação dessas barreiras simbólicas. Ressaltam ainda que, não basta apenas o fornecimento de moradia, bolsa ou alimentação, esses incentivos, apesar de extremamente necessários, por si só, não são suficientes para viabilizar a permanência no contexto universitário.

Assim, conforme Lima (2016) expõe, a permanência simbólica está intimamente ligada à permanência material contudo, ela se torna diferente quando busca superar e viabilizar o fim dos preconceitos e das diferenças entre classes sociais e raciais. Nesse sentido, a autora afirma que é função da Universidade fornecer meios para que essas questões sejam superadas. Ela aponta que, a UFPR tenta há mais de uma década implantar um sistema de inclusão para esses alunos, mas que ela falha em desenvolver políticas de permanência material e simbólica. Segundo ela, as estratégias ideológicas utilizadas dificultam a permanência dos mesmos

permanecendo, segundo a autora, sistemas que fortalecem a discriminação e o preconceito na Universidade.

Segundo a autora, mesmo após a implantação dessas políticas, os estudantes ainda sofrem com ataques contrários as mesmas, além disso, existe uma postura de silenciamento quanto a essas questões bem como, professores que se posicionam contrariamente a implantação da política de acesso, mesmo em sala de aula além de quase não haver professores negros na instituição. Essas foram algumas das falhas e dificuldades encontradas para a garantia de permanência na UFPR à época do estudo de Lima (2016).

A autora relata ainda que, as Universidades Públicas terão o sistema de inclusão comprometido por não conseguir, e não buscar, utilizar mecanismos que superem a discriminação, o preconceito e as desigualdades sociais, segundo ela, somente utilizando-se todos os recursos e mecanismos disponíveis é possível superar essas questões e viabilizar, de fato, a permanência dos mais vulneráveis no ensino superior.

Contudo, conforme é possível analisar através dos dados obtidos, esse é ainda um cenário distante pois, o que se nota é que os alunos, que já convivem com uma realidade social atingida pelas desigualdades, sofrem ainda mais pressões para conseguirem se manter no ensino superior. Isto porque os mesmos, convivem com preocupações econômicas e principalmente, são obrigados a conviver a discriminação social advinda de parte da comunidade acadêmica, por morarem no alojamento. Dessa forma, no próximo tópico, serão apresentados dados relacionados a questão do preconceito e da discriminação na Universidade.

4.3 Preconceito e Discriminação

Baseando-se nas informações coletadas, ficou claro que os estudantes vulneráveis, além de sofrerem diversas pressões e dificuldades socioeconômicas, convivem com o sentimento de não pertencimento à Universidade por conta do preconceito e da discriminação sofrida, as vezes de forma explícita e muitas de forma velada. Assim, faz-se importante analisar dados que tratam esse fato à discussão já que o mesmo, é uma das principais influências quando se trata da permanência simbólica dos alunos.

Relacionado ao aspecto pessoal, quando perguntados se pertencem a alguma minoria, cerca de 47 dos 100 respondentes afirmaram que sim, sendo boa parte das afirmações relacionada ao pertencimento a uma classe de baixa renda, negros, LGBTQ+, Mulheres,

vulneráveis e moradores do alojamento estudantil. Além disso, dos 47, 40 afirmaram sofrer algum tipo de preconceito por pertencer a uma minoria.

Além disso, os moradores afirmam que sofrem discriminação por conta da cor e/ou opção sexual. Isso também acontece, segundo eles, quando se é mulher, negra e LGNTQ+ o que ainda mais agravado pelo machismo e homofobia. Outros, dizem que vivem em um local intolerante, onde se é julgado o tempo todo por pertencer a uma classe social de menor prestígio ou pelo fato de serem moradores do alojamento.

Esse sentimento de pertencimento a alguma minoria está muito ligado ao conceito de violência simbólica trabalhado por Bourdieu e Passeron (2008) conceito esse que, segundo os autores, impõe um certo nível de vergonha que essas pessoas sentem de si mesmas já que, historicamente, foram expostas a diversos tipos de estereótipos impostos por pessoas que pertencem às classes dominante e que, utilizam esse tipo de violência oculta para diminuir as classes historicamente dominadas e ao mesmo tempo, mantê-las com esse status socioeconômico.

Quanto às descrições de preconceito por serem moradores do alojamento estudantil ou por serem considerados alunos vulneráveis, os respondentes relataram que já ouviram que “são sujeitos” e também ouviram descrições de “nojo”. Outros afirmaram ainda que alguns colegas da Universidade deixaram de conversar com eles ao saber que viviam no alojamento.

Aprofundando-se ainda mais na questão do preconceito por ser morador do alojamento estudantil, uma parte considerável dos respondentes afirmou sofrer preconceito por morar no alojamento. Estes, alegam sofrer zombarias por uma parte da comunidade acadêmica, que afirma que o alojamento é sinônimo de bagunça, que seus moradores são pobres, baderneiros, drogados e “caneladas”³. Outra afirmação frequente de preconceito é que, segundo alguns, os moradores do alojamento “gastam” os impostos que outras pessoas pagam e que, são “um bando de drogados sustentados pelo governo”, com isto, os respondentes alegam que percebem olhares diferentes direcionados a eles por algumas pessoas. Muitos sentem-se desconfortáveis e constrangidos com a situação, não sentindo assim, pertencimento àquele ambiente, algo extremamente relevante para a permanência simbólica desses estudantes.

O Preconceito e o racismo, segundo Pereira, Torres e Almeida (2003), se apresentam como estratégias utilizadas pelas classes e grupos dominantes para propagar discursos dominantes de uma forma que não viole as leis antirracistas. Segundo os autores, o preconceito

³ Canelada: Irresponsável, incompetente.

utilizado como essa estratégia permite que as classes dominantes atuem com discursos de igualdade, mas que ao mesmo tempo, também atuem contra as políticas sociais de auxílio as classes historicamente dominadas.

Tal fato faz com que as pessoas que são vítimas dessas atitudes discriminatórias não se sintam pertencentes ao meio universitário. Neste sentido, Moriconi (2014) afirma que a vida é feita de momentos e experiências que definem o caráter e a personalidade de uma pessoa, eles dão sentido à vida de alguém e assim, fazem existir o sentimento de pertencimento (ou não) a um ambiente.

Quanto às formas de contribuição da Universidade para diminuir as discriminações vivenciadas a partir da diversidade, os estudantes têm percepções diferentes. Alguns afirmam que a Universidade possui diversos meios de conscientização, combate e apoio como, por exemplo, palestras, eventos, cartazes, debates, movimentos culturais, rodas de conversa, projetos e programas e por outros mecanismos de comunicação, escuta e participação. Além disso, é dito que os próprios alunos combatem e debatem o tema expondo opiniões, contudo, nem todos participam. Afirmaram que a Universidade estimula a diversidade cultural com o intuito de fomentar a aprendizagem sobre e a partir das diferenças. E que o DCE também é um dos principais agentes no combate à discriminação na Universidade.

Por outro lado, outros estudantes afirmaram não conhecer nenhum esforço da Universidade para combater a questão, ou ainda, que os mesmos, são inexistentes ou raros. Um estudante, inclusive, afirmou que a Universidade promove “um espetáculo ideológico” e que a mesma, tem uma participação mínima na luta contra o preconceito.

A respeito da superação das discriminações, Bandeira e Batista (2002) afirmam que a violência que implica que o outro é diferente e por isso, são apontados traços negativos e é gerado o preconceito e a discriminação. Contudo, ao transformar essas características “negativas” em características de orgulho, o indivíduo se liberta e quebra a relação dominante x dominado pois, o mesmo, torna-se alguém capaz de definir valores na sociedade em que está inserido.

Ainda seguindo esse raciocínio, Silva JR (2002) indica um caminho para proteção e prevenção contra o problema. Para o autor, a lei possui um papel fundamental para o combate ao preconceito e à discriminação, sem ela, de nada vale a discussão política e social. Segundo o autor, sem o amparo de um instrumento que possa atuar e agir contra isso é quase impossível superar essa questão.

Nesse sentido, considerando os argumentos dos autores (Bandeira e Batista (2002) e Silva JR (2002)) e buscando aplica-los ao caso da Universidade, é necessário criar instrumentos legais que apoiem as pessoas que sofrem com esse problema, assim, seria possível educar àqueles que contribuem com a existência do problema. Além disso, são necessários meios de incentivo e conscientização ligados ao fato de que, o ser diferente, não é um problema, é necessário aceitar-se e aceitar o próximo com todas as características que definem a pessoa.

Quando se trata dos mecanismos de comunicação e participação, Rousseau (1978) citado por Félix e Furtado (2016), afirma que a participação assegura a igualdade política e social e assume um caráter educativo na sociedade pois, possibilita o desenvolvimento social, nesse sentido, o autor afirma que é necessário, através desses mecanismos, respeitar e defender o bem comum entre todos os envolvidos. Nesse sentido, os meios de comunicação possuem um papel fundamental para a promoção da igualdade no âmbito universitário, só assim, será possível dar real atenção aos anseios dos alunos vulneráveis e, conseqüentemente, dos moradores do alojamento, que possuem os problemas citados nesta análise.

Por fim, ao analisar os dados obtidos nesta categoria, fica evidente a existência e a influência que o preconceito e a discriminação ainda exercem no âmbito universitário, influência essa que causa o sentimento de não pertencimento a esses alunos que já sofrem, como já afirmado no tópico anterior, diversos problemas socioeconômicos e uma grande pressão. Além disso, conforme exposto no tópico anterior, o sentimento de não pertencimento tem influência direta sobre a permanência desses estudantes no ensino superior, mais especificamente, na permanência simbólica dos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar a percepção, de alunos vulneráveis, a respeito da importância da assistência estudantil para a permanência de estudantes vulneráveis no ensino superior. Assim, o problema de pesquisa a ser analisado trata da importância da assistência estudantil para a garantia da permanência desses estudantes e como ela afeta sua vida acadêmica caso deixasse de existir. Nesse sentido, conforme apresentado, a Assistência Estudantil possui papel fundamental para viabilização da permanência desses estudantes e fica claro que, caso deixasse de existir, os vulneráveis não continuariam os estudos sendo obrigados a abandonar o ensino superior, contudo, apesar de ser extremamente importante, a Assistência Estudantil possui diversos problemas que precisam ser trabalhados a fim de viabilizar, de fato, a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade na Universidade.

Após a análise de dados apresentada fica claro que, a assistência estudantil se posiciona como algo fundamental para a permanência e para o acesso das classes dominadas no ensino superior. Além disso, os respondentes destacam pontos de melhorias necessários para viabilizar de fato, sua permanência e sentimento de pertencimento na Universidade em questão e principalmente, que ainda existe preconceito por uma parte da comunidade acadêmica para com os alunos em situação de vulnerabilidade e moradores do alojamento estudantil.

O primeiro ponto a ser destacado refere-se à permanência material dos respondentes. Dentre os principais pontos discutidos nos dados analisados, é a importância que esses fatores (bolsa, moradia, alimentação, transporte interno, etc.) tem para a vida acadêmica desses alunos pois, os mesmos afirmam que sem eles, não seria possível continuar no ensino superior, sendo obrigados a retornar para suas cidades de origem e, conseqüentemente, conseguir empregos fora da área em que estudavam.

Contudo, observou-se também que, existem diversos pontos que podem ser melhorados na assistência material sendo o principal, o aumento no valor das bolsas, a oferta de refeição gratuita no restaurante universitário e a oferta de uma assistência médica e psicológica mais abrangente. Além disso, ficou claro que somente os aspectos materiais não são suficientes para viabilizar que esses estudantes permaneçam na Universidades já que os mesmos, convivem com diversos problemas, preconceitos, preocupações e pressões o que interfere em sua permanência simbólica ou seja, o sentimento de pertencimento ao ambiente universitário.

No que se refere ao preconceito e à discriminação, o que pôde ser observado é que ambos, existem no ambiente universitário e são direcionados principalmente à esses alunos

pertencentes a classes dominadas e que vivem sob a perspectiva de classes historicamente dominadas, bem como, direcionados a mulheres, negros e a LGBTQ+ e moradores do alojamento estudantil. Vale destacar que, os respondentes indicaram a falta de estratégias, advindas da Universidade, para a inclusão dos alunos e a conscientização para questões relacionadas ao preconceito e à discriminação.

Nesse sentido, a permanência simbólica se destaca como o elo mais fraco de atuação da assistência estudantil atualmente. Fica claro, através dos resultados, que apesar de ser notada como extremamente importante para a permanência dos alunos, existem poucas estratégias e auxílios que garantam o aspecto simbólico da permanência dado o alto nível de pressão e problemas que esses estudantes sofrem ao longo da graduação. Nesse sentido, levando-se em consideração os argumentos expostos pelos respondentes, faz-se necessário que a Universidade atue para dar mais voz e atenção aos argumentos desses estudantes para assim, traçar estratégias que proporcionem e garantam o sentimento de pertencimento no ambiente universitário e a saúde mental das classes populares.

Por fim, com o estudo realizado foi possível identificar a importância da assistência estudantil para viabilizar que, conforme visto no referencial teórico, o ingresso das classes dominadas nas universidades públicas seja efetivo, no sentido de viabilizar a permanência dessas pessoas nesse ambiente. Além disso, fica claro que sem essa política, não seria possível que pessoas que não tiveram acesso ao capital cultural, dentre outros diversos aspectos citados pelos autores no referencial teórico (principalmente baseado no estudo de Bourdieu e Passeron (2008), concluíssem o ensino superior e conquistassem ascensão social quebrando assim, a grande diferença social existente no Brasil.

Assim, pode-se afirmar que esses estudantes, apesar de terem acesso a assistência estudantil, ainda estão longe de se sentirem incluídos no ambiente da Universidade e isso não irá acontecer enquanto não houver espaços para a participação efetiva junto a gestão universitária em prol de se construir, de forma coletiva, alternativas para a superação das desigualdades e do preconceito além de viabilizar que esses estudantes sintam-se parte da comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. R. S. **Pierre Bourdieu: A transformação social no contexto de “A reprodução.** Revista Inter Ação, v. 30, n. 1, p. 139-155, 2005.

ADORNO, S. **Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo.** Novos estudos CEBRAP, v. 43, p. 45-63, 1995

Araújo, J. C. F. D., & Leite, L. S. **Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: O projeto de bolsa permanência.** *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 22(84), 777-806, 2014

BALBACHEVSKY, E. **Carreira e contexto institucional no sistema de ensino superior brasileiro.** Sociologias, v. 9, n. 17, 2007.

BANDEIRA, L. B.; ANALÍA, S. **Preconceito e discriminação como expressões de violência.** Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 119-141, 2002.

BONAMINO, A. et al. **Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman.** Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, p. 487-499, 2010.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Petrópolis, Ed.Vozes, 2008.

CARVALHO, J. J. de. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior.** São Paulo: Attar, 2011.

CARVALHO, M. C.; CORRÊA, V. M. B.; ROSA, W. M. **Assistência estudantil e a permanência e conclusão nos cursos.** Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, v. 1, n. 1, 2018.

CERCHIARI, E. A. N.; CAETANO, D.; FACCENDA, O. **Utilização do serviço de saúde mental em uma universidade pública.** Psicologia: ciência e profissão, v. 25, n. 2, p. 252-265, 2005.

CHAVES, A. D. S. F. **Desvelando a Permanência das/dos Estudantes Cotistas e/ou Bolsistas do Instituto Federal de Educação.** Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifba)/Campus Salvador. 2018.

DA SILVA, A. C. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** SciELO-EDUFBA, 2010.

DA SILVA, C. **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras.** Selo Negro, 2003.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico.** Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 148, p. 302-327, 2013.

ANDRADE, A. M. J. de; T., M. A. P. **Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017.

DELABRIDA, Z. N. C. **Variáveis individuais, sociais e do ambiente físico em residências universitárias.** Psico, v. 45, n. 3, p. 11-22, 2014.

DE OLIVEIRA, G. E.; OLIVEIRA, M. R. N. S. **A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil.** Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 3, p. 198-215, 2015.

DOS REIS DUTRA, N. G.; DE SOUZA SANTOS, M. D. F. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

DOS SANTOS CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** Editora Contexto, 2004.

FERNANDES, R. V. **Programa de Bolsa Permanência: uma avaliação das possibilidades para a conclusão do ensino superior do estudante vulnerável na UFT/Câmpus de Gurupi.** 2018.

FÉLIX, G. T.; FURTADO, D. B. V. **Autoavaliação institucional e (in) cultura de participação na universidade.** Holos, v. 1, p. 69-80, 2016.

FONSECA, D. J. **Políticas públicas e ações afirmativas.** Selo Negro, 2013.

FREITAS, Amanda Albernaz de. **A política de ações afirmativas para negros e o controle das disfunções causadas pelas fraudes.** 2017.

GARRIDO, E. N. **A experiência da moradia estudantil universitária: impactos sobre seus Moradores.** Psicologia: ciência e profissão, v. 35, n. 3, p. 726-739, 2015.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais.** Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil.** Editora 34, 2004.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. **Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 93, n. 235, p. 836-863, 2012.

KOWALSKI, A. V. et al. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012.

LAHIRE, B. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável.** São Paulo: Ática, 1997.

LIBÂNEO, J. C. **Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens.** Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, v. 7, 2006.

LIMA, S. M. A. **A permanência de estudantes negros (as) na Universidade Federal do Paraná: aspectos material e simbólico,** 2016.

MARTINS, C. B. **O ensino superior brasileiro nos anos 90.** São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Ofício-Circular nº2/2016/DIPES/SESU/SESU-MEC.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/programas-e-acoas/programa-bolsa-permanencia/68881-oficio-circular-022016/file>. Acesso em 31 ago. 2020.

MOEHLECKE, S. **Ação afirmativa:** história e debates no Brasil. Cadernos de pesquisa, n. 117, p. 197-217, 2002.

MUNANGA, K. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil:** um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e cultura, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

MORICONI, L. V. **Pertencimento e identidade.** Trabalho de Conclusão de Curso–Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa:** características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NOMINAIS, R.; MEDEIROS, C. Disciplinas-Oferta no Ano Base. **Vocabulário Bourdieu.** Belo Horizonte: outubro, p. 147-174, 2001 Autêntica, 2017.

PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALMEIDA, S. T. **Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais:** análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. Psicologia: reflexão e crítica, v. 16, n. 1, p. 95-107, 2003.

RIOS, R. R. **O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação.** Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea, p. 27-48, 2007.

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social.** São Paulo: Formar, 1978.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro.** São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho, v. 8, p. 91, 1991.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas:** a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009.

SARMENTO, D. C. **Criação dos sistemas municipais de ensino.** Educação & Sociedade, v. 26, n. 93, 2005.

SAVIANI, D. et al. **Sistemas de ensino e planos de educação:** o âmbito dos municípios. Educação & Sociedade, 1999.

SETTON, M. D. G. J. **Um novo capital cultural:** pré-disposições e disposições à cultura informal nos segmentos com baixa escolaridade. Educação & Sociedade, v. 26, n. 90, p. 77-105, 2005.

SILVA JR, H. **Discriminação Racial nas Escolas:** entre a Lei e as Práticas Sociais, 2002.

SOUSA, L. P.; PORTES, É. A. **As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais.** Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 92, n. 232, 2011.

SOUZA, D. G.; SILVEIRA, A. D. **O direito à educação e a permanência estudantil na UFPR:** uma análise da política de assistência estudantil. Educação e Fronteiras, v. 6, n. 16, p. 106-119, 2016.

STOLF, F. et al. **Assistencia estudantil na universidade federal de Santa Catarina:** uma análise inicial do programa bolsa estudantil. 2014.

VALLE, I. R. **O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu.** Revista Diálogo Educacional, v. 13, n. 38, p. 411-437, 2013.

VIEIRA, B. M. C. et al. **Do escravismo às políticas de ações afirmativas:** o negro cotista na Universidade Federal de Juiz de Fora. 2014.

- 1 6
- 2 7
- 3 8
- 4 9
- 5 10

10. Qual a sua origem escolar?

- Particular com bolsa integral
- Particular com bolsa parcial
- Pública (exceto colégio militar e CEFET/IFET)
- Colégio militar ou CEFET/IFET
- Particular sem bolsa
- Pública/privada

11. Em que curso de graduação você está matriculado?

12. Este foi o primeiro curso em que ingressou na UFLA? Se não, porque optou pela transferência de curso?

- Sim
- Não

13. No contexto atual, você pretende concluir este curso?

- Definitivamente não
- Provavelmente não
- Provavelmente sim
- Definitivamente sim

14. Por que?

15. Você pretende se formar no tempo regular? Se não, por qual (is) motivo?

16. Como você ingressou neste curso?

Sisu

PAS

Vestibular

Transferência Externa

Transferência Interna

Outros _____

17. Analise os componentes a seguir e atribua uma nota para como se sente em relação a cada um deles. Na escala, a nota zero significa ausência total do componente em sua vida e nota 9, significa satisfação total.

Saúde física e mental	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Condições de habitação	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Tipo de alimentação (RU)	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Acesso a bens de consumo essenciais	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Acesso a bens culturais	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Integração familiar	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Integração social	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Acesso a ensino de qualidade	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Rendimento acadêmico suficiente	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Apoio pedagógico (PADNEE)	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Inclusão digital	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()
Transporte interno	1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()

Esporte

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 ()

18. Das seguintes políticas de assistência estudantil qual (is) você utiliza?

- Programa institucional de bolsas (PIB)
- Núcleo de Saúde Mental.
- Moradia Estudantil
- Alimentação no Restaurante Universitário
- Serviço de Tratamento Odontológico
- Atendimento médico
- Programa de apoio a discentes com necessidades educacionais especiais (PADNEE)
- Auxílio creche
- Transporte
- Acompanhamento Psicopedagógico
- Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer
- Acessibilidade para portadores de necessidades especiais

19. De que forma você acredita que a Universidade contribui para a sua permanência?

20. Da(s) políticas que você utiliza qual (is) você considera indispensáveis para a sua permanência na universidade? Enumere por ordem de indispensabilidade.

- Programa institucional de bolsas (PIB)
- Núcleo de Saúde Mental.
- Moradia Estudantil
- Alimentação no Restaurante Universitário
- Serviço de Tratamento Odontológico
- Atendimento médico
- Programa de apoio a discentes com necessidades educacionais especiais (PADNEE)
- Auxílio creche
- Transporte
- Acompanhamento Psicopedagógico
- Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer

() Acessibilidade para portadores de necessidades especiais

21. Você acredita que, sem o apoio da assistência estudantil, você conseguiria continuar cursando o ensino superior?

() Sim

() Não

22. Caso a assistência estudantil deixasse de existir, como e em que isto impactaria na sua vida?

23. A forma como a assistência estudantil está estruturada (moradia, RU, transporte interno, bolsa, entre outros) está em conformidade com a atual realidade estudantil?

() Sim

() Não

24. Se não, o que poderia ser feito para que a assistência estudantil seja mais efetiva?

25. De que forma a universidade contribui para o combate às discriminações vivenciadas a partir da diversidade?

26. Você se sente discriminado por ser morador do alojamento? Se sim, por que?

Sim

Não

27. Você participa de algum espaço de participação política na Universidade?

Sim

Não

28. Quais os espaços de participação política que você conhece e/ou participa na universidade?

29. Esses canais de participação política são suficientes para que as necessidades dos estudantes sejam levadas em consideração no âmbito de tomada de decisão da equipe gestora?

Sim

Não

30. Se não, o que precisa ser mudado?

31. De que forma a universidade contribui para o combate às discriminações vivenciadas a partir da diversidade?

32. Você considera que os programas ligados à permanência material, como a bolsa institucional, moradia gratuita e o subsídio de alimentação, suficientes para a satisfação das suas necessidades em Lavras?

Sim

Não

Se não, justifique:

33. Você precisa realizar alguma atividade de trabalho para conseguir se manter na Universidade?

Sim, qual? _____

Não

34. Você já sentiu que teve seu rendimento acadêmico prejudicado por ter vivenciado situação de vulnerabilidade socioeconômica (condição financeira ruim, conflitos com as pessoas que convive – familiares, amigos, professores, etc) ?

Sim

Não

35. Você vê necessidade de ter um local de escuta e acompanhamento profissional na Universidade que auxilie nas dificuldades vivenciadas (condição financeira ruim, conflitos com as pessoas que convive – familiares, amigos, professores – preconceito por pertencer a algum tipo de minoria durante o seu percurso acadêmico)?

Sim

Não

36. Se sim, por que?
